

039ª SESSÃO ORDINÁRIA – 07MAI2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Haroldo de Souza, na presidência dos trabalhos; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste; neste momento de liderança do PSOL, falo em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna primeiro para registrar que tramita na Casa, a partir de hoje, um Projeto meu e da Ver.^a Fernanda Melchionna que dá seguimento à política nacional estabelecida pelo PNDH III – Plano Nacional de Direitos Humanos –, que, entre outras situações ali previstas, estabelece que os locais, os espaços, as estruturas onde houve violação de direitos humanos, onde houve tortura, onde houve mortes, onde houve interrogatórios e repressões ilegais sejam identificados e publicizados. O nosso Projeto de Lei prevê exatamente isso, a identificação desses locais onde houve, Ver. Tarciso, um sofrimento brutal, indevido, injusto e absolutamente ilegal de brasileiros e brasileiras durante todo o período da ditadura militar. A identificação, Presidente Haroldo de Souza, está prevista numa regra nacional para Estados e Municípios realizarem, segundo o Decreto Federal nº 7.177, com a modificação que lhe deu o Decreto... eu não consigo identificar o número, mas está na minha mão. Esses dois Decretos juntos estabelecem as diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos III, que nos dão não o direito, mas, sim, Vereadoras e Vereadores, a obrigação de fazermos essa identificação. Nesta próxima quinta-feira, já estaremos dando seguimento a essa ação, identificando um desses locais, Vereadoras e Vereadores, mostrando para a sociedade que nós queremos, efetivamente, a verdade. Nós queremos uma memória nacional baseada na realidade, baseada no que realmente aconteceu, e não nas versões eventualmente divulgadas aqui ou acolá. Esse trabalho já vem sendo feito há muito tempo, o PNDH é do ano de 2009. E agora, em 2012, há poucos dias, a Nação estarecida vê um livro de um torturador e assassino, Cláudio Guerra,

arrependido, segundo ele, mostrando e contando, Ver. Todeschini, o que fez e o que os outros fizeram. A culpa desse assassino não o livra da punição, mas ajuda a história; ajuda a história! Nós faremos a identificação de vários locais, exatamente como prevê esse Plano Nacional de Direitos Humanos.

Eu quero dizer que esse Projeto, Ver.^a Fernanda Melchionna, é de toda a sociedade. E essa identificação, na quinta-feira, às 17h, é de toda a sociedade também, Ver. Todeschini. Todos estão convidados, todos estarão presentes, a nossa concentração ocorrerá na esquina da Rua Vasco da Gama com a Santo Antônio. Ali, no local que identificaremos, foi torturado e morto o Sargento Raimundo Soares, no chamado Dopinha. Era este o registro. Muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento, de autoria desta Presidência, que solicita a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a homenagear a revista South Star, nos termos do Requerimento nº 035/12, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Cláudio Campos, Diretor-Presidente da revista South Star, e o Sr. Julio Menezes Júnior, Vice-Presidente.

O Ver. Márcio Bins Ely, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, Ver. Haroldo de Souza; na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras desta Casa;

ao Julio e ao Cláudio, o nosso cumprimento; quero cumprimentar também, na extensão de Mesa, o Deputado Vieira da Cunha, representando a Câmara dos Deputados. Vou fazer um breve histórico aqui das razões que motivaram esta homenagem, Cláudio, tu que foste o grande idealizador. Cláudio Campos, carioca, idealizou o nascimento da South Star, inspirado em conceituadas publicações, tais como as revistas Jack-O e Ocean Drive. Possui tradição na área de comunicação, pois sua família foi fundadora do Jornal do Brasil, importante veículo de comunicação em nível nacional, que teve significativa atuação na redemocratização do País. Ainda com relação à inspiração para a criação da revista, fazendo um comparativo, hoje a revista Ocean Drive conta com uma edição de 400 páginas em inglês e espanhol, e a South Star, que durante dez anos foi editada mensalmente, hoje possui um portal na Internet, é editada trimestralmente, possui, em média, 130, 160 páginas, toda ela colorida. Em 1999, então, Cláudio optou por se estabelecer em Porto Alegre, onde morava sua filha, Caroline Campos. O empresário, juntamente com Julio Menezes Júnior, que exercia a função de repórter fotográfico, optou por lançar na Capital algo inovador. Foi então que surgiu a South Star, uma revista com conteúdo local voltado para o lado mais glamouroso da Cidade, abordando assuntos diversos e distribuída para um público segmentado de Porto Alegre. Há 12 anos no mercado, a revista mostra que faz parte da história da mídia da Cidade. De acordo com pesquisa realizada por alunos da PUC, 80% dos porto-alegrenses conhecem a revista. Para os empresários, foram a determinação e a garra de acreditar sempre no projeto que fizeram da South Star uma referência em Porto Alegre, sempre trabalhando com o objetivo de fazer o *branding* da marca. Durante todo esse tempo, construiu credibilidade das publicações que geralmente são lançadas em eventos no formato de coquetéis e já aproximaram muitos gaúchos. Até queria comentar contigo, Julinho, que esse fim de semana, no sábado, eu fui a um casamento de dois amigos que se conheceram num coquetel da South Star. Eu tenho certeza de que muitos casamentos devem ter surgido ao longo dessa mais de uma década de trabalho, nos lançamentos da revista, que, em outubro, completará 12 anos. Os sócios-diretores apostam no “S” como uma marca que ainda promete crescer e brilhar por muitos anos, está aqui o “S” na capa da revista, na última edição.

(Mostra a revista.) A South Star é uma marca promissora, que gera notícia, gera emprego e renda, com tradição e regularidade, que são indicadores que todos os grandes veículos de comunicação possuem. Nessa mais de uma década de edições, pode-se creditar a passagem de um período de maturação, que, com certeza, certifica a verdadeira qualidade e credibilidade da revista.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, primeiramente quero parabenizá-lo por esta iniciativa; em segundo lugar, quero parabenizar o Cláudio Campos e o Julio e dizer que conheço o Julio há bastante tempo e sei que tem muito, Julio, da tua cara e do teu formato. Quero parabenizar, Cláudio, porque, realmente, ela veio há alguns anos e mantém... É importante para o segmento da sociedade, com essa marca forte, e por trás, com o Julio, com a sua personalidade, com o seu carinho, e a relação que ele tem, isso marca mais ainda. Parabéns pela iniciativa.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, eu também quero cumprimentá-lo, assim como quero cumprimentar o Cláudio e o Julio. Acredito que, desde o primeiro momento em que eles começaram a acalantar a ideia e, talvez, desde a primeira edição, eu acompanho a revista. Eu acho que ela é importantíssima. Aqui nós temos assuntos de saúde, assuntos de arquitetura, não só a sociedade porto-alegrense, mas a movimentação do comércio e, também, da Cidade. É uma grande iniciativa, é uma grande ideia, isso reforçou o mercado editorial do Rio Grande do Sul. Então, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa, cumprimentar a nossa Fernanda Gadret, que está lá e que também é responsável por uma grande rede de comunicação aqui do nosso Estado, dizendo que isso enobrece e engrandece o mercado editorial do Estado, o colunismo social, os negócios. A Revista veio para ficar, ela é uma publicação extremamente importante. Parabéns, parabéns a vocês também, e muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Ver. Márcio Bins Ely, quero

cumprimentar o Sr. Cláudio Campos e o Sr. Julio Menezes Júnior, dirigentes da Revista. Quero dizer da importância dessa Revista para o nosso Estado, principalmente no estágio em que está Porto Alegre, que, hoje, virou um canteiro de obras. Preparando-se para 2014? Não, preparando-se para o setor turismo da Cidade, para trazer mais recursos e empreendimentos. E a Revista vem nessa soma, porque mostra isso para o mundo. Então, é tal o grau de importância dessa Revista para nós que nos aliamos a isso – o PPS se alia, está junto parabenizando-os, e, se pudermos colaborar, sintam-se à vontade, Vereador, porque estaremos juntos nessa briga. Parabéns!

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito rapidamente, gostaria de cumprimentar o Ver. Márcio Bins Ely pela homenagem e cumprimentar o Julio e o Cláudio, em nome da Bancada do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas. Tive a oportunidade de estar com o Cláudio em um programa do Gustavo Victorino e, casualmente, um dos temas que debatemos foi essa questão da Cultura no nosso País, das enormes dificuldades e desafios que temos para consolidar o gosto e os equipamentos culturais mais acessíveis para a população. Naquele momento, falávamos da música, da necessidade de respeitar os músicos, a música ao vivo, os espaços da Cidade destinados justamente a esse aspecto mais cultural. Então, venho aqui cumprimentar pelo projeto, em nome do PSOL, elogiar o trabalho e nos colocar à disposição para as lutas em defesa da Cultura, da música na nossa Cidade.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezados Marcio Bins Ely; Presidente Haroldo de Souza; Julio e Cláudio; venho aqui, em nome da Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, primeiro, para cumprimentá-los e felicitá-los, desejando que o trabalho de vocês continue no mesmo ritmo que vem acontecendo desde o momento em que se instalou, principalmente na situação atual em que nos encontramos, quando o Brasil se apresenta com uma nova postura, e, cada vez mais, nós precisamos afirmar, firmar e divulgar tudo de bom que temos e podemos ainda construir. Muito obrigado e um grande abraço.

O Sr. Nelcir Tessaro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, primeiro, quero cumprimentá-lo pela brilhante ideia de homenagear essa Revista que tanto fez e faz por Porto Alegre. Cumprimentando aqui o Cláudio e Julio, queremos dizer da alegria de poder vê-los aqui. Essa Revista faz com que a sociedade porto-alegrense e rio-grandense conheça o que há de melhor nesta Cidade. Em todos os setores da sociedade, em todos os grande eventos da Capital, está presente a South Star há tantos e tantos anos, fazendo com que a gente possa mostrar o que há de bom aqui no nosso Estado, principalmente na nossa Capital. Eu quero cumprimentá-los, em nome da nossa Bancada do PSD, composta pelos Vereadores Tarciso Flecha Negra, Bernardino Vendruscolo e este Vereador, e dizer: vida longa! Merecem pela qualidade do trabalho.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado, Ver. Tessaro.

O Sr. Kevin Krieger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio, quero cumprimentar o Presidente Cláudio; o Vice-Presidente, Julio – o Julinho –, meu grande amigo e parceiro de tantas jornadas. Muito tive o prazer de participar inclusive dos coquetéis e sou leitor assíduo da South Star. Quero parabenizar o Ver. Márcio pela homenagem e dizer também que é muito importante a idade que vocês estão completando: são 11 anos, e tem tudo a ver também com a Bancada progressista, cujo Partido tem o número 11. Então, quero parabenizá-los e desejar que continuem por muitos anos com esse trabalho maravilhoso.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado, Ver. Kevin Krieger.

O Sr. Toni Proença: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, eu queria cumprimentá-lo pela justa homenagem e feliz iniciativa. Cumprimento também os representantes da South Star. No mercado editorial quase que monopolizado durante muito tempo pelas grandes empresas de comunicação, a luta de manter uma revista com essa qualidade e

com essa periodicidade tem que ser sempre homenageada e saudada. Parabéns! Longa vida à South Star!

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado, Ver. Toni Proença. Agradeço também à Presidência dos trabalhos, que foi sensível ao nosso tempo. Também gostaria, na extensão de Mesa, de agradecer pela presença à Fernanda Gadret; ao Dr. Alexandre, do Sindicato dos Taxistas; ao DJ Roni, do Centro Comunitário Entrada da Cidade, e ao público que nos assiste nas galerias.

Completando: as festas de lançamento a cada edição mudaram a cultura gaúcha no segmento impresso, e a credibilidade de seus mentores também dão o alicerce para sequência da marca.

Por isso, em nome desta Casa e dos Vereadores, agradeço os oradores que me apartearam neste período de Comunicações para homenagear a Revista South Star. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Convidamos o Ver. Márcio Bins Ely para fazer a entrega do Diploma ao Diretor-Presidente da Revista South Star, Sr. Cláudio Campos.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Registramos a presença, em nosso plenário, do Deputado Federal Vieira da Cunha. (Palmas.)

O Sr. Cláudio Campos, Diretor-Presidente da Revista South Star, a homenageada de hoje, está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO CAMPOS: Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Haroldo de Souza; Vereadores e Vereadoras, funcionários desta Casa, amigos presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de, em nome da Revista South Star, agradecer por esta homenagem, que muito nos honra. Obviamente não poderia deixar de agradecer ao meu amigo

Ver. Márcio Bins Ely, que sempre acompanhou o nosso trabalho de perto. Também quero agradecer a todos os Vereadores e Vereadoras, que aprovaram esta honraria. Quero aproveitar este momento para agradecer a todos, sem exceção, os que, de alguma forma, nos ajudaram a completar esses 12 anos. Não foi fácil, e continua não sendo fácil, na medida em que mídias segmentadas como a nossa revista não são ainda devidamente valorizadas, principalmente pelas grandes agências de publicidade, que são as que detêm as grandes verbas neste País, porém, graças a um trabalho de perseverança e por acreditar na qualidade do produto que fazemos, conseguimos este feito inédito em Porto Alegre, o de completar 12 anos de vida. Gostaria, finalmente, de fazer dois registros. O primeiro é que, há 12 anos, quando cheguei a Porto Alegre, achei que tinha muitos amigos na minha vida; olhando hoje para trás, percebo que os grandes amigos que tenho, que conquistei, são desta Cidade; eles sempre me acolheram com muito carinho e com uma amizade sincera. Hoje me sinto um verdadeiro gaúcho e porto-alegrense. O segundo registro que gostaria de fazer é que venho de uma família que era dona do Jornal do Brasil, veículo este que foi extremamente importante para a redemocratização do nosso País, como alguns dos senhores aqui devem saber. Foi um jornal que pagou um preço muito alto naquela altura dos acontecimentos, mas que nunca se absteve dos seus valores da ética, da dignidade e, acima de tudo, da verdade. Hoje estou feliz duplamente, não só pela Revista South Star, mas... (Palmas.) Desculpe, estou um pouco emocionado. Apesar das dificuldades, eu vejo que vale a pena continuar, pois, assim como esta Casa acredita nesses valores, muitas outras pessoas acreditam e lutam para que tenhamos um Brasil mais justo para todos.

Não posso encerrar sem antes agradecer a amizade, a lealdade e a dedicação do meu grande amigo e sócio Julio Menezes, que é essencial para a realização e continuação desse projeto. Por último, mas não menos importante, aos nossos atuais colaboradores, nossos leitores e anunciantes, sem os quais não estaríamos presentes aqui, o meu muito obrigado a todos, e espero poder estar aqui quando completarmos 20 anos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Esta foi, então, a homenagem à Revista South Star, ao seu Diretor-Presidente Cláudio Campos. Nós agradecemos as presenças das senhoras e dos senhores.

Encerramos a homenagem, e suspendemos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (14h46min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna no período de Comunicações para falar um pouco sobre o nosso arroio Dilúvio, em cuja lateral foram colocados taludes, próximo a Av. Antônio de Carvalho, para evitar desmoronamentos ou que por ali coloquem lixo e outros materiais poluentes que, quando das chuvas, causam as enchentes em Porto Alegre. Neste final de semana, andando além da Av. Antônio de Carvalho, percebi que, logo adiante, é a nascente do arroio Dilúvio, e fiquei abismado com o que vi. Estamos preocupados em limpar, em despoluir o arroio Dilúvio da PUC até o Guaíba, mas nada adianta se não despoluirmos justamente a nascente do rio, onde é colocado todo tipo de lixo. O nascedouro do arroio Dilúvio está transbordando de tanto lixo, não tem desassoreamento, não tem manutenção. Ele é um dos arroios mais importante da Cidade, para onde vai o nosso esgoto pluvial, evitando os alagamentos em Porto Alegre. Mas já na sua nascente saem todos os tipos de lixo que são ali colocados sem nenhuma orientação, sem nenhuma preocupação. Não há cercamento ali para evitar que isso aconteça, apesar de todo o trabalho do Socioambiental; isso é lamentável!

Também estamos preocupados com as Vilas Icará I e Icará II, porque não receberam o bônus-moradia, nem as suas residências novas, cuja promessa foi de que sairiam até o final do ano de 2010; nós estamos, Ver. Adeli, na metade de 2012. Temos o bônus-moradia implantado, mas, segundo

informações da administração do Socioambiental, que faz as vistorias e atende as pessoas, não há liberação de verba do Banco Mundial. Em 2008, nós começamos a transferir as primeiras famílias que estavam no arroio Cavalhada; em 2009, 2010, deveria sair a Icaraí I; em 2011, 2012, a Icaraí II, que abrigaria as 1.580 famílias. Será que nós não temos condições, em Porto Alegre, de colocar essas famílias em residências, de forma urgente, antes de chegar o inverno e antes de os casebres caírem?! Porque casebres e casas caem dentro do arroio Cavalhada, trazendo poluição para a nossa Porto Alegre e para o nosso Guaíba. Será que é mais importante fazermos o grande mirante na Av. Diário de Notícias e esquecermos o reassentamento, que justamente é para dar cidadania e moradia digna para essas famílias? É lamentável não se ter uma explicação. Amanhã, na nossa Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos, receberemos as famílias das Vilas Icaraí I e II, para as quais trataremos a situação real que constatamos quando lá estivemos. Amanhã, queremos uma providência do Executivo, para que esse Programa – que era para ser o melhor e o mais rápido programa de Governo – saia, para que não fique no papel como o restante das 1.580 famílias que ainda não saíram do local. Pedimos urgência, porque quem mora em barraco, Ver. Haroldo de Souza, tem urgência; não podemos esperar e ficar à mercê da burocracia do Executivo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente Haroldo de Souza; minhas colegas Vereadoras, meus colegas; nosso Líder do Governo, professor, mestre João Antonio Dib – mestre; Ver. João Bosco Vaz, que me fez demorar um pouquinho aqui, para me dar uma orientação. O João Bosco me dá orientação desde que eu era de outro Partido; ele continua me orientando e eu aceitando. Obrigado. Meus queridos, eu queria falar que a coisa mais difícil que enfrentamos foi, modernamente, abordar e resolver os inúmeros problemas da casa popular na cidade de Porto Alegre. São muitas as dificuldades, e uma

burocracia enorme, como disse o Vereador. Por que eu me atrevo a falar mal da enorme burocracia? Porque, depois, no final, tudo acontece: os edifícios, as vilas, Ver. Kevin – que tem nos acompanhado nesse trabalho com os seus ex-moradores de rua. E se acontecem, não havia razão para atrasarem tanto; isso só atrapalhou a nossa caminhada, Ver. João Dib!

Agora, nós temos que discutir o número enorme de pessoas que ganhou casa no programa Minha Casa, Minha Vida – que não está, juridicamente, sob o nosso cuidado –, e que não a ocupou ainda, ou a vendeu ou a está utilizando para outra finalidade.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu quero cumprimentá-lo, primeiro, pela coragem e franqueza de trazer este assunto, até porque nós sabemos, e a população sabe que, infelizmente, a maioria desses órgãos, hoje, é gerida, foi gerida ou será gerida por colegas nossos. Parabéns.

O SR. DR. GOULART: É verdade, muito obrigado. Então, o que acontece? Como disse, ainda há pouco, o Ver. Tessaro: quem mora num barraco, quem mora na beira do riacho, quem mora num lugar onde não há sanitarismo, onde não há uma infraestrutura básica, precisa, urgentemente, de uma casa! E como nós, que propiciamos mais de três mil casas para essas pessoas necessitadas, vamos tolerar que as casas fiquem fechadas, sem ninguém morando dentro? Ou que as casas sejam repassadas, por quantias elevadas, para outras pessoas?

Início, aqui, esta discussão, e vou levá-la à CUTHAB, onde vamos falar mais sobre isso, porque já mandei para a Caixa Federal um ofício pedindo uma solução para essas casas abandonadas. Por que elas estão abandonadas? Isso é reserva de mercado, meus queridos! Para alguma coisa querem essas casas, ou é para vendê-las ou é para albergar material irregular, que lá não deve ter; ou devem estar seguindo ordem de determinados grupos fora da lei – tomara que nada me aconteça depois de eu disse isso!

Mas temos que pedir para a Caixa Econômica Federal entregar para o DEMHAB resolver isso, porque no PAC das Vilas Dique, Nazaré e Chocolate

nós tomamos providências: quem não era dono da casa, não ficou; quem invadiu, não ficou; e as casas que estavam vazias, nós demos para outras pessoas que precisavam habitar.

Então, estou pedindo um socorrinho para os Vereadores para que possamos nos voltar para isso; vou trazer essa discussão para a CUTHAB, que já levei – e volto a dizer – para a Caixa Econômica Federal. Nós precisamos cuidar da nossa gente tão descuidada. Precisamos ajudar a nossa gente tão pouco ajudada. Mas lá onde acontece a moradia, tem que fluir também alguma coisa de correto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Presidente, infelizmente, ontem, tivemos o falecimento de um militante histórico do PMDB, pessoa que estava sempre conosco nas nossas caminhadas, um militante social, o Roberto Zanotta Leiva, mais conhecido como castelhano, pessoa muito querida, tenho certeza de que V. Exa. o conhecia bem, assim como todos nós. Requeiro, então, um minuto de silêncio em homenagem a esse grande companheiro, e grande ativista social da nossa Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Justa homenagem, Ver. Valter. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Comunicações.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aproveitar este período de Comunicações e informar os nossos Vereadores que, ao longo deste ano, Ver. DJ Cassiá, estaremos recebendo do Executivo, Ver. João Bosco, um projeto de lei do reordenamento institucional da Fundação de Assistência Social e Cidadania para a nova formatação de acordo com o Sistema Único da Assistência Social.

É um projeto de lei que nós teremos que discutir e debater bastante, porque vai, com certeza, reestruturar e melhorar o atendimento à população e à nossa comunidade que acessa os serviços da assistência social no Município de Porto Alegre.

Ao longo dos últimos três anos e três meses, a Fundação de Assistência Social e Cidadania se adequou ao Sistema Único da Assistência Social, Ver. Adeli Sell, que é uma normativa e uma diretriz do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, e, ao longo desses anos, nós fizemos todo o reordenamento, entrando no sistema. Por exemplo, tínhamos módulos de assistência social e Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; e tínhamos 21 equipamentos na Cidade. Hoje, com o reordenamento e com o Sistema que implantamos na Cidade, nós passamos, Ver. João Dib, nosso Líder do Governo, para 22 Centros de Referência de Assistência Social e 9 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social –, ou seja, Ver. Haroldo de Souza, nós saímos de 21 equipamentos de atendimento de ponta para a comunidade para 31 equipamentos e aumentamos todos os técnicos, assistentes sociais e psicólogos, na ponta, para atender cada vez melhor a nossa comunidade.

Depois que fizemos esse trabalho na proteção social básica, que atende a prevenção no Município, fizemos também todo o trabalho na proteção social especial de média complexidade, que são os nossos CREAS. Após este trabalho de reordenamento nessas duas áreas, começamos também todo um trabalho de reordenamento na proteção social especial de alta complexidade, que compreende os abrigos para crianças e adolescentes e abrigos para pessoas em situação de rua. Somente no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, Ver. Idenir Cecchim, nós saímos de 40 unidades de acolhimento para 71 unidades de acolhimento, em três anos e três meses. Ou seja, é quase uma unidade por mês na última gestão da Fundação e na última gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com todo o apoio do nosso ex-Prefeito José Fogaça e do nosso atual Prefeito, José Fortunati.

Também, ao longo de 2011, fizemos o reordenamento institucional e estamos em pleno andamento dos abrigos para as pessoas em situação de rua, com

mais um abrigo para indivíduos e abrimos mais um abrigo para famílias que estavam nas ruas de Porto Alegre.

Com tudo isso, nós temos ainda, num decreto que regulamenta a Fundação, o que tínhamos anteriormente ao Sistema Único da Assistência Social; hoje nós temos isso somente na prática, e não no papel. É por isso que nós teremos esse projeto de lei que virá da Fundação e da Prefeitura para a Câmara de Vereadores, para que possamos fazer a reestruturação não só nominalmente, mas também entrando em cada equipe dos CRAS, em cada equipe dos CREAS, em cada equipe dos abrigos residenciais para crianças e adolescentes, para famílias ou para indivíduos em situação de rua, que estão precisando desse acolhimento institucional. É todo um trabalho de reordenamento de acordo com a norma operacional básica, a NOB-RH, que precisarão compor todos os espaços para atender a nossa população cada vez melhor, Ver. Dr. Goulart, um grande parceiro, à frente do DEMHAB, que disponibilizou habitações populares... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero agradecer a cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

Quero fazer um relato de um seminário que realizamos na sexta-feira aqui na Câmara Municipal; o Ver. Toni Proença esteve presente. Agradeço aos colegas trabalhadores e trabalhadoras da Câmara que nos ajudaram muito na constituição desse evento: à Janice, da Comissão de Direitos Humanos, assim como à minha assessoria e à da Ver.^a Maria Celeste. Esse evento foi para que conseguíssemos dar sequência a um Grupo de Trabalho, retirado a partir de uma mobilização da Guarda Municipal, em novembro de 2011, com relação a um grave caso de assédio moral.

Naquela ocasião, uma servidora foi atacada, de maneira sistemática, pela equipe da Secretaria de Segurança Pública e Direitos Humanos, e a servidora Ana trouxe esse caso à Comissão de Direitos Humanos, quando recebemos a colega para contar o episódio. Naquela ocasião, haviam-na tirado do local onde estava locada e a colocado num centro de operações em que havia um tempo limitadíssimo para ir ao banheiro, numa estrutura de humilhação sistemática, sobretudo às servidoras mulheres da Guarda Municipal. E, quando ela foi reclamar dessa situação, chegaram ao cúmulo de retirar seu porte de arma e atacá-la de maneira a não dar continuidade às suas denúncias a partir da Ouvidoria.

Essa servidora nos procurou e fizemos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos em que vieram dezenas de colegas da Guarda relatando outros tantos casos sistemáticos assédio moral. Foram vários casos: troca de posto em função de discordância do pensamento do servidor, de ridicularização a partir de alguma característica ou um estudo de outro servidor, e denúncias sistemáticas, também, de uso da máquina pública para outros fins. Nós conseguimos, numa segunda Audiência, em que veio o Secretário, naquele momento o Nereu, reverter a situação com relação a essa servidora especificamente, mostrando uma capacidade de luta, de mobilização importantíssima da categoria e do seu sindicato, o Simpa, e conseguimos a abertura da Câmara Municipal para esse debate.

O segundo passo foi a constituição de um Grupo de Trabalho para fazer um seminário sobre assédio moral, em dois momentos: o primeiro, sobre o que é assédio moral, como se manifesta essa violência psicológica aos trabalhadores, e quais os entendimentos que os tribunais têm com relação aos casos de assédio moral. Foram convidados o Dr. Álvaro, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que deu uma excelente palestra, Ver. Pedro Ruas, sobre a caracterização de assédio moral e que local isso ocupa na constituição do trabalho ao longo dos anos e como isso se configura hoje, e a Dra. Fabiana, trazendo esses relatos de casos e decisões do Tribunal do Rio Grande do Sul com relação a assédio moral.

Foi uma vitória; 180 trabalhadores e trabalhadoras participaram. O Grupo de Trabalho é composto por servidores da SMA – a Simone, a Débora, a Vanessa

–; por trabalhadores da Escola de Gestão da Secretaria Municipal de Administração, também os colegas da Secretaria de Segurança Pública e Direitos Humanos, nós, da Câmara de Vereadores, e o Sindicato dos Municipários, nas pessoas da Leila, Zezé e a própria Ana.

O próximo passo é um seminário em junho, em que iremos avançar, Ver. Toni Proença, no sentido de uma legislação que, de fato, coíba, porque é fato que a legislação do Município inclui um artigo proibindo casos de assédio moral. No entanto, não existe uma legislação punitiva aos gestores que cometam casos de assédio moral com os trabalhadores. Não existe ainda um avanço de a ouvidoria dos setores ser realizado por trabalhadores concursados, que deem sequência ao caso, aos relatos; não existem ainda espaços em que os servidores possam falar, inclusive em segredo, sobre as humilhações sistemáticas que sofrem nos seus locais de trabalho. Acho importante o debate, porque, infelizmente, nós temos dados lamentáveis de caso de suicídio a partir de práticas sistemáticas de assédio moral. É assim nos dados em relação a categorias profissionais como a de bancários e de outras tantas, e é fundamental que o Município de Porto Alegre esteja atento e que consigamos avançar nas políticas públicas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, na condução dos trabalhos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, nós estivemos na Assembleia Legislativa, no Auditório Dante Barone, no momento em que foi eleita a Diretoria da Fegame, Federação Gaúcha de Ministros Evangélicos, composta por mais de 300 membros, numa bonita cerimônia, em que foi dada a posse ao Presidente. Eu voltei de lá muito realizado, muito mais confiante. Eu sou um Vereador comunitário, um Vereador que trabalha sempre em prol do próximo, como todos, enfim, mas eu trabalho no setor comunitário principalmente, e eu fiquei muito feliz, muito orgulhoso com o que eu ouvi lá

sobre o trabalho que a Fegame quer fazer com essas mais de 60 mil Igrejas no Brasil, porque é um trabalho voltado para comunidade, é voltado para o próximo; são pessoas que se dedicam sem remuneração, trabalham dia e noite, sempre buscando o melhor para o ser humano. Dessa forma, estou aqui agradecendo o convite, pois a minha participação naquele evento foi muito importante para enriquecer meu conhecimento como ser humano. Então, aqui, quero agradecer o Flávio, o Professor Daniel, a todos por este convite.

Mas também quero voltar aqui a um tema em que eu tenho batido nas últimas semanas, e que, quase todos os dias, a gente tem escutado em cada canto da cidade de Porto Alegre: atropelamento fora da faixa de segurança, pois os pedestres não a respeitam e a atravessam a uma distância de 50 80, 100 metros. Precisamos, ainda, acrescentar mais, principalmente campanhas de esclarecimento educacional para que as pessoas respeitem a faixa de segurança. Claro que nós temos na nossa Cidade motoristas que não respeitam o pedestre, que dirigem embriagados – nos últimos meses, nós temos acompanhado esse Projeto da Balada Segura, em que vários motoristas são tirados das ruas, porque estão causando um verdadeiro estrago, isso é verdade –, agora, também, por outro lado, precisamos orientar, educar e criar essa cultura de que o pedestre não pode, de maneira nenhuma, principalmente numa avenida movimentada, atravessar fora da faixa de segurança, desvalorizando a sua própria vida e colocando em risco a vida de muitas pessoas, e é o que vem acontecendo.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, bater nesse tema. Talvez isso tenha que vir lá de dentro do colégio, utilizando a rede de ensino para poder qualificar, vamos dizer assim, orientar e criar essa cultura de que pedestre não deve atravessar as avenidas, as ruas, fora da faixa de segurança. Isso nós temos que criar em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, solicitando a alteração da representação do PSD na CPI destinada a apurar fatos relativos à parceria firmada entre a Prefeitura

Municipal de Porto Alegre e o Instituto Ronaldinho, a qual passará o cargo ao Ver. Nelcir Tessaro.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou ser muito breve no meu pronunciamento. Já que a Câmara, reiteradas vezes, propõe projetos lembrando o dia desta ou daquela entidade, desta ou daquela profissão. Eu gostaria de dizer que ontem foi o Dia do Taquígrafo, e nós precisamos deles, reiteradas vezes. Não somente as nossas taquígrafas estão à disposição no momento da nossa reunião plenária, mas também nas nossas reuniões de Comissão e quando temos aqui uma série de eventos que a Câmara faz, como a Tribuna Popular e outras coisas mais que aí acontecem.

Portanto, a nossa homenagem às taquígrafas da nossa Casa. E talvez fosse o momento de a Casa dar uma resposta ao movimento que elas têm liderado e que, até agora, não houve nem sim, nem não, nem mais ou menos. Então, um dia depois do Dia do Taquígrafo, eu gostaria de dizer que essa categoria merece uma resposta. Saúde e PAZ! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Elói Guimarães está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queremos, também, em nome da Bancada do PTB, nos associar às manifestações já produzidas ao Dia das taquígrafas e taquígrafos que integram a Câmara Municipal de Porto Alegre e que atuam em diferentes áreas da atividade pública e privada em nosso País.

Mas anotei aqui duas questões para examinar. Primeiro, a questão da CPI, chamada Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um instrumento de fiscalização dos Legislativos brasileiros, com uma razoável importância do ponto de vista de se fazer análises, buscar elementos e funcionar como um inquérito. Os membros de uma CPI preparam o material, o recolhem e o levam ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, enfim, podem determinar medidas, dependendo do que recolhem. Tivemos a oportunidade de examinar nesta Casa, duas iniciativas, dois requerimentos. O primeiro dos requerimentos incluía o Ver. Elias Vidal, que subscrevia aquele requerimento de pedido de CPI, mas que ali incluía nomes. O Requerimento, não tendo sido registrado, diante da jurisprudência, hoje, e das normas doutrinárias que regulam a matéria, não se viabilizaria. Então, deliberamos, e nosso parecer não acolheu o primeiro pedido. Fomos à análise do segundo pedido, quando na Casa assumiu a Suplente, Ver.^a Maristela Maffei, e examinando a matéria, do ponto de vista técnico, do ponto de vista da análise, e concluímos, enfim, no sentido de estarem reunidos ali, do ponto de vista legal, do ponto de vista formal, os elementos capazes de autorizar a abertura da CPI, embora, na questão do mérito, tivéssemos informações, dados de que todas as providências e todo o conjunto de convênios percorreram, sem nenhum problema, os trâmites da lei. Mas, do ponto de vista formal, reunidas as condições, não restava outra alternativa senão acolher o Requerimento de CPI.

Agora aqui vai também uma visão: a classe política – se assim se pode dizer ou chamar –, o homem público no Brasil vem sofrendo um profundo desgaste, porque não tem se colocado à altura da expectativa popular. Então, fica aqui, sobre este aspecto, a minha manifestação, para que não se transforme, mormente no ano eleitoral – porque o povo, Ver. DJ Cassiá, faz a leitura, sim, dos nossos atos, das nossas ações –, num palanque eleitoral, que não se forcem situações, que não se procurem aqui e ali encontrar situações que não estejam assentes aos dados. Então, fica esta manifestação: sendo um instrumento das minorias, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve ocorrer nos termos da Lei, não pode buscar o discurso fácil no palanque. Aliás, o discurso fácil do palanque, hoje, tem colocado Partidos políticos vivendo uma crise existencial. Vejam, há Partidos políticos no Brasil, hoje, assumindo

grandes posições da República e, no Estado, vivendo crises existenciais! Por quê? Porque pregavam no palanque situações que efetivamente quando tiveram o Governo na mão: “Sim, mas é assim?”. E aí as coisas passaram a mostrar à população que, efetivamente, há que se ter uma coerência, porque, cada vez mais, isso desgasta as instituições partidárias e os homens públicos. Portanto, fica aqui essa primeira manifestação no sentido de que uma Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser isenta para ganhar a confiabilidade do povo, da sociedade, das pessoas. Olha, estão conduzindo não para buscar responsáveis ou criar responsáveis onde não existe essa responsabilidade. Então, fica aqui essa manifestação.

Passando a uma temática um pouco diferente, quero tratar aqui de uma questão brasileira, que é a chamada “desideologização”. Esse é um fenômeno que hoje ocorre em nosso País, ou seja, a falta de ideologia. Eu diria que um conjunto de fatores nos conduz a esse quadro, que é absolutamente incompreensível perante a opinião pública. A verdade, também, por outro lado, que, ao nosso entendimento, as eleições em dois turnos – não eleições de dois turnos, mas em dois turnos – levou os Partidos políticos a buscarem alianças que, até certo ponto, refogem, Ver. Luiz Braz, da perspectiva ideológica. Então, verdadeiramente, claramente, as ideologias que tinham uma linha e uma conduta no Brasil estão perdidas, até porque temos acima de 30 Partidos políticos. Então, é possível sustentar um plano ideológico com mais de 30 Partidos políticos? São fatores esses que, na minha opinião, levam os Partidos a se contradizer – esta é a verdade – a situações das mais esdrúxulas do ponto de vista ideológico, situações polares, verdadeiramente polares, que buscam os aliançamentos. Então, eu acho que não resta, Ver. Pedro Ruas, uma outra saída senão buscarmos – não sei se é possível, acredito até que não – uma profunda reforma partidária para o Brasil, em que se colocasse, na criação dos Partidos políticos, determinadas bandeiras, para que elas fossem perseguidas, sob pena de o Partido político sofrer uma intervenção, sim, porque o Partido político é o instrumento da democracia. Não existe democracia sem Partido político. Mas essa é toda a realidade que vivenciamos hoje, em que a ideologia cedeu. Eu diria o seguinte: as conveniências – não sei se políticas – para se ganhar a eleição, exemplificativamente, e para se assumir espaços, embora

entenda que assumir esse espaço também é um dever dos Partidos políticos... Agora, nós tínhamos que ter mecanismos que resguardassem, Ver. Pedro Ruas – já lhe dou um aparte –, que salvaguardassem a ética, mesmo que chamado a compor o Governo A, B, C ou D, que tivesse alguns princípios éticos, mas a situação, hoje, e a conjuntura, nos levam a participar dos mais diferentes Governos. E vale para muitos, vale para muitos Partidos políticos; vale para o meu Partido político; vale também para muitos Partidos políticos. Só que a visão da mídia, que é uma visão de interesses – é bom que se coloque – tem esse negócio de neutralidade, mas não existe neutralidade! Então, a visão da mídia, muitas vezes, acerta mais aqui, ali e acolá.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu ouço com atenção o pronunciamento de V. Exa., que é muito lúcido, muito correto, mas é inevitável, Ver. Elói Guimarães, que haja, de nossa parte, de todos que militamos e acompanhamos a política nacional, um questionamento, para que V. Exa. possa responder, que é exatamente o que é questionado em relação ao PTB: quanto a essa presença, eu diria quase que uma onipresença nos Governos, porque está em praticamente todos. Isso, sim – é um questionamento que faço com a franqueza e a lealdade que a nossa amizade de tantos anos permite –, me parece que precisaria ser focado, debatido, e talvez seja, efetivamente, por força das circunstâncias; mas talvez não seja! É este o meu aparte. Agradeço a V. Exa.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sou grato a V. Exa. Exatamente! Há o PTB – e grande parte dos Partidos políticos – que tem alianças diversificadas, como grande parte dos Partidos políticos, que estiveram no Poder, que estiveram nos governos ou que têm possibilidades materiais de estarem em Governo. Porque o que se viu antes, Ver. Pedro Ruas – e nós acompanhamos toda essa história –, é que, quando não se estava no Poder, então, se cobravam as mais diversificadas posturas, que hoje não se observam mais, infelizmente. Mas isso é uma crise, é uma crise. E esse perfil se aplica à maioria dos Partidos políticos. Partidos políticos com quadros, com participações aqui, ali e acolá. Mas é uma crise. Parece-me que é uma crise onde vários fatores foram

determinantes. Agora, a visão da imprensa, muitas vezes, carrega mais em A, B, C ou D, quando deveria carregar na maioria dos grandes Partidos políticos, que estão nos governos. Dependendo de como se dá, vamos dizer assim, a geratriz maior da Presidência da República, aí há uma acomodação de forças que rejeita... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, quero, hoje, aqui, tratar de um tema tão importante para o Município de Porto Alegre, tão carente para a sociedade porto-alegrense e tão exigido da política pública que é o tema da saúde. Todas as pesquisas realizadas no Município de Porto Alegre a respeito de qual é a política de maior carência e qual é o maior problema da política pública do Município de Porto Alegre apontam a Saúde como principal problema. Depois da Saúde vem a Segurança, e depois vem o Transporte público. E este tema tem gerado, aqui nesta Casa, muitos debates e muitas controvérsias. Eu inicio a minha fala, dizendo que na última sexta-feira tive o prazer, junto com outros colegas Vereadores, inclusive o Presidente da Casa, de participar de uma luta muito antiga da Cidade, desta Casa, da comunidade e do Poder Público Municipal, que é a recuperação da Emergência do Hospital Vila Nova. Esse hospital acolhe principalmente os excluídos da cidade de Porto Alegre. E nós lembramos das penúrias que a sua Direção trazia a esta Casa, inclusive e principalmente no Governo Yeda, quando foi feito um acordo para receber o pessoal da Susepe, o pessoal dos presídios e outros; havia dificuldades na realização dos repasses com pontualidade. E saúde, Dr. Goulart, não espera! Bateu na porta, não tem estrutura? É a comunidade que sofre!

Portanto, quero iniciar dizendo que, na sexta-feira, tivemos o prazer, o Valdir Fraga, que me assessora aqui, estava lá presente, como muitos outros... Agora, o problema resolvido no Vila Nova não resolve o problema estrutural da Saúde. Eu inicio lá pela região sul de Porto Alegre, onde temos uma luta muito antiga para criar o pronto-socorro da Zona Sul. Aquela região distante, que é a que mais cresce populacionalmente hoje no Município de Porto Alegre, em que só nos últimos cinco anos foram mais de 30 mil novos moradores, exige ter um tratamento com a mesma lógica, a mesma dimensão do crescimento populacional, e, no caso da Saúde, isso não tem ocorrido. Inclusive cumprimento o Ivo Fortes, que compõe a Câmara Técnica do Hospital Parque Belém. Esse hospital, construído no Governo de Getúlio Vargas, foi projetado por uma equipe de engenheiros, arquitetos e médicos sanitaristas e é uma das melhores estruturas físicas que existem no que diz respeito a estruturas para a Saúde pública, pois foi levado em consideração, há quase um século, todo o potencial referente à insolação, ventilação, pé-direito, estrutura e assim por diante. Pois essa estrutura, Ver. Dr. Thiago, encontra-se em dificuldade, e um dos problemas é que tem um projeto do Governo Federal – no ano passado foi assinada uma Portaria pela Presidente Dilma que pode ser a porta de entrada, um pronto atendimento... Esse projeto está na mesa do Secretário Municipal da Saúde. Esse é um tema com dificuldade de se tornar realidade. Portanto, quero fazer este relato, a Comissão de Saúde da Casa tem se envolvido no tema, os Vereadores têm se envolvido no tema, nós temos construído Emendas Parlamentares com os nossos Deputados Federais, mas não resolve o problema de um pronto atendimento. Inclusive lá no Hospital Parque Belém foi inaugurada uma ala com recursos públicos municipais, ainda na administração do Ver. João Verle, para recepcionar, mas, como mudou a gestão, essa política não teve continuidade. Então, eu trago aqui um apelo aos colegas Vereadores para que nós retomemos o tema do Hospital Parque Belém. E vamos passar a limpo; se realmente há problemas que são insanáveis, nós temos que saber. Mas a população da região exige e, antes de exigir, coloca a necessidade de um pronto atendimento ou de um pronto-socorro para a Zona Sul.

Diante disso, eu faço outro registro, Ver. Adeli Sell. Há três anos, o Governo Federal destinou para Porto Alegre quatro UPAs – Unidades de Pronto

Atendimento: para a Zona Norte, para a Zona Leste, entrada da Cidade e Zona Sul. A da Zona Norte já está resolvida lá no Centro Vida; outra está em construção, mas a da Zona Sul não avançou um passo! Nós não temos essa definição; por três anos o dinheiro público está parado, e a população está nessa carência! Nós não podemos aceitar, Ver. João Antonio Dib, essa passividade do Poder Público Municipal porque é um convênio do Governo Federal com o Governo Estadual e o Governo Municipal. Tem que ser feito em conjunto, mas o gestor público responsável chama-se Prefeitura Municipal de Porto Alegre! Então, os recursos para as UPAs da Zona Leste e da Zona Sul de Porto Alegre estão sem solução. E nós estamos aqui para cobrar porque o dinheiro está disponível para a construção. Se foi possível construir na Zona Norte, é possível construir as demais.

Nós já fizemos essa discussão, e todos estão convidados para um café da manhã, dia 18, no Hospital Parque Belém, porque temos que levar a limpo esse tema. Por que não fazer a UPA no Hospital Parque Belém, que já tem estrutura e *know how*? Até porque os recursos públicos do Governo Federal nos repasses do convênio para Porto Alegre só têm aumentado nos últimos anos. Se têm aumentado os recursos, a qualidade deveria estar aumentando na mesma proporção. E nós não encontramos essa qualidade sendo desempenhada na mesma proporção. Aqui o Ver. João Antonio Dib é um dos críticos, dizendo que o recurso da Saúde para Porto Alegre tem diminuído nos últimos anos. Eu fui fazer uma pesquisa, Ver. João Antonio Dib, gostaria de lhe dizer, com muita satisfação, que os seus números estão equivocados, pois o valor só tem crescido. Em 2003, por exemplo, em valores atuais, eram R\$ 398 milhões; hoje está em R\$ 547 milhões; ano a ano, isso só aumentou.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Engenheiro Comassetto, quero dizer a V. Exa. que os meus números são corretos: em 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou para Porto Alegre R\$ 307 milhões para a Saúde; o Presidente Lula, em 2003, mandou R\$ 245 milhões. Daí para se chegar aos R\$ 307 milhões foi só em 2008, 2009, e o prejuízo que a Prefeitura teve – eu somei – foi de R\$ 330 milhões, contando a inflação.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Ver. João Antonio Dib, para não cometer injustiça com o senhor, eu até corrijo. Os seus números podem estar certos, mas a sua fonte está errada, porque os números são estes: em 2003, R\$ 251,3 milhões; em 2004, R\$ 265 milhões; em 2005, R\$ 286 milhões; em 2006, R\$ 299 milhões; em 2007, R\$ 336 milhões; em 2008, R\$ 375 milhões; em 2009, R\$ 429 milhões; em 2010, R\$ 436 milhões; em 2011, R\$ 506 milhões; em 2012, R\$ 547,9 milhões. Então, a curva é crescente, e a população de Porto Alegre é uma população que está estagnada desde do ano de 2008, quando nós atingimos um milhão e 400 mil; hoje nós temos 1 milhão e 418 mil pessoas, portanto, a proporção populacional não aumentou.

O Sr. João Antonio Dib: Nobre Vereador, V. Exa. me dá razão. Em 2002, foram R\$ 307 milhões, que só foram superados em 2008! Se eu contar a inflação, até 2008, o prejuízo de Porto Alegre foi de R\$ 330 milhões.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Contando a inflação, em 2008, significavam R\$ 456 milhões, Ver. João Antonio Dib. Então, gostaria de dizer que o senhor pode estar certo, mas a sua fonte está errada.

O Sr. João Antonio Dib: Não, a minha fonte é V. Exa. neste momento. Vossa Excelência leu: 2002, R\$ 307 milhões; 2003, R\$ 254 milhões?

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: R\$ 251,3 milhões e, a partir daí...

O Sr. João Antonio Dib: Então, é menos do que R\$ 307 milhões!

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Só é crescente, só é crescente! E essa sua fonte de 2002, eu não sei de onde ela saiu, Ver. João Antonio Dib. Mas, mesmo assim, eu queria dizer que, lá em 2003, por exemplo, o recurso *per capita* era de R\$ 289,30; hoje, o recurso *per capita* passado pelo Ministério das Cidades para Porto Alegre é de R\$ 386,00. Então, nós temos que exigir isso.

Falando nisso, eu gostaria também de prestar contas. Devido a uma luta que abraçamos junto com muitos colegas aqui, há 12 anos, fizemos caminhadas, passeatas e fizemos 25 reuniões no Ministério Público; no dia 18 de setembro de 2006, o Presidente Lula assinou o novo Decreto de Filantropia, e o primeiro projeto do Brasil, com muita satisfação, está acontecendo na Restinga e Extremo-Sul. Lá está sendo construído o Hospital da Restinga, num convênio com o Hospital Moinhos de Vento, que é um processo de filantropia diferente, é através de um projeto e tem que haver prestação de contas, inclusive com controle público. Nesse hospital, Ver. Paulinho Rubem Berta, estão sendo aplicados R\$ 68,5 milhões na comunidade da Restinga, Extremo-Sul, com 16 equipes de PSF, 8 postos novos construídos e, ao mesmo tempo, na saúde bucal. Já foram inaugurados três. Lá no Chapéu do Sol é um exemplo, hoje, de atendimento. Se num convênio com dinheiro público, uma instituição privada de caráter público trabalha tão bem, por que os demais postos não podem trabalhar na mesma potencialidade que esses que estão dando o exemplo? Todos sabem que sou um defensor do sistema de convênio com controle social e controle público. Portanto, quero aqui prestar contas. Para sair aquele hospital, todos vocês aqui, os colegas Vereadores e Vereadoras sabem da luta que fizemos; foram 25 reuniões no Ministério Público para que a Promotoria exigisse que o Município levasse adiante aquele convênio, e isso aconteceu e está acontecendo. Obviamente esse é um trabalho de um colegiado, quando tem um ou outro Vereador que representa estas políticas que são desenvolvidas, e é com muita satisfação que sempre aqui, junto com outros colegas, estive à frente desta batalha. Hoje podemos dizer que já é uma conquista da cidade de Porto Alegre, e queremos que este modelo seja reproduzido para toda a Cidade.

Portanto, concluo a minha fala dizendo que fica aqui a resposta do Governo Municipal de por que não sair a UPA nas Regiões Leste e Sul da cidade de Porto Alegre. Por que não avançam os diálogos e a conversação com o Hospital Parque Belém para que nós possamos utilizar aquela estrutura? Bom, se o primeiro problema da cidade de Porto Alegre é a Saúde, nós também temos que ter uma preocupação primeira para enfrentar este problema e tornar isso um bem de todos os cidadãos, principalmente daqueles mais carentes e

daqueles que precisam da Saúde pública com eficiência e eficácia. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Waldir Canal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. WALDIR CANAL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna apenas para fazer um registro importante: atendendo a uma representação desta Casa, estive, na semana passada, na quarta-feira à noite, na Assembleia Legislativa, prestigiando a posse da Diretoria da Federação Gaúcha dos Ministros Evangélicos. Lá estava também o nosso colega o Ver. Paulinho Rubem Berta, assim como outros colegas.

A entidade foi fundada em 2011 e conta com mais de 490 pastores, que integram os 44 Municípios que abrangem a Federação. O objetivo é a interação social, com obras sociais e culturais, bem como a interação política multipartidária.

O Presidente Estadual dessa entidade é o Pastor Júlio César Fernandes Terra, lá de Passo Fundo, sendo o representante do Município de Porto Alegre o Pastor Paulo Roberto Martins.

Então, estive nessa última quarta-feira, representando esta Casa nesse evento, quando tomou posse a nova Diretoria da entidade, que vem com o objetivo, com a proposta de fazer um trabalho social, com uma visão de trabalho de pessoas ligadas à área evangélica e multidenominacional.

Faço aqui este registro, venho aqui a esta tribuna para registrar o evento que aconteceu na última quarta-feira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Presidente, caros colegas Vereadores, é importante que possamos fazer uma profunda reflexão sobre as questões da

Saúde levantadas aqui. Em algumas questões, sim, nós sabemos que temos que avançar, mas, sem dúvida nenhuma, é fundamental que mostremos – inclusive o Ver. Comassetto estava lá presente, eufórico – as realizações que já têm acontecido. Eu falo especialmente da inauguração do redimensionamento – e o Ver. Comassetto nos dá esta oportunidade – do Hospital Vila Nova, que, por um trabalho da Prefeitura, da Secretaria da Saúde, coordenado obstinadamente pelo Prefeito, agora atende 100% SUS. Quero aqui lembrar às pessoas que o Hospital Vila Nova não era 100% SUS, e, a partir da recuperação, inclusive financeira, do Hospital, foi possibilitado que os profissionais que lá trabalham – médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem – atendam as pessoas que não conseguem atendimento em outros locais; o Vila Nova assumiu para si esse compromisso social: ele atende as pessoas que invariavelmente não conseguem atendimento em outros locais. Então, sem dúvida nenhuma, a partir desse redimensionamento, financeiro inclusive, há essa verdadeira obra. Mais do que obra de abertura de mais leitos, mais do que obra de potencialização de atendimento, é uma obra profunda de humanização, humanização às pessoas que têm muita dificuldade de conseguir atendimento.

Eu acho que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Ver. Comassetto, foi muito importante nesse processo. O nosso início do fórum de discussão das Urgências e Emergências iniciou pela questão do Vila Nova, e a Secretaria, muito atenta, e o Governo, muito atento a essas questões, iniciaram a correção desse processo, que começou por uma higiene financeira, e que, agora, está dando possibilidade a que o Hospital possa, efetivamente, investir no atendimento dessas pessoas.

Esta segunda foto (Apresentação em PowerPoint.) – e eu faço questão de mostrar, porque isso é o que tem de mais moderno no atendimento de Urgência e Emergência (Mostra fotografias.) em Medicina – é o que nós falamos na Medicina de classificação de risco. Ele potencializa – e isso é estudado internacionalmente – o atendimento dos pacientes, os separando basicamente em quatro grupos: os pacientes que têm que ser imediatamente atendidos; os pacientes que têm que ser atendidos em alguns minutos; outros

que podem esperar mais algum tempo; e aqueles que, efetivamente, não têm uma situação grave de risco de vida.

Então, uma coisa que só se utilizava no Hospital Moinhos de Vento e no Hospital Mãe de Deus está sendo utilizado e empregado no Hospital Vila Nova, dando, certamente, um melhor atendimento àquelas pessoas.

Com relação à questão do Hospital Parque Belém, nós temos trabalhado muito na questão da reabertura da Urgência do pronto atendimento do Hospital Parque Belém. Reconhecemos que isso também depende de outros fatores, mas, sem dúvida nenhuma, é uma necessidade daquela comunidade.

Agora, com o redimensionamento, também, na questão da Psiquiatria do Hospital Parque Belém, certamente se dá um novo passo em direção a essa reabertura.

E temos certeza de que, como no Hospital Vila Nova, o Secretário de Saúde do Município vai ser sensível a esse anseio da comunidade e, certamente, vai possibilitar essa reabertura.

Com relação ao conveniamento, à filantropia – Hospital Moinhos de Vento e Restinga –, estivemos lá, mais uma vez, com a COSMAM e constatamos que, efetivamente, o Hospital da Restinga, com seus núcleos de atendimento, suas equipes de Programas de Saúde da Família, vai dar um incremento muito grande na qualidade do atendimento daquela comunidade.

Então, estamos muito esperançosos e otimistas com os rumos que têm sido tomados na Secretaria de Saúde do Município de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra em Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, Saúde é um problema muito mal resolvido no País. Poderia ser melhor, porque os Municípios brasileiros, na sua maioria, cumprem a Constituição, que determina 15% das suas Receitas Líquidas para a Saúde. Porto Alegre vem fazendo isso,

também fazia com o Partido dos Trabalhadores quando ele estava na Prefeitura.

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Nós também já superamos os 22%.

Tem culpados o mau atendimento da saúde; eu diria que se chama Dr. *Honoris Causa* Luiz Inácio Lula da Silva – o primeiro culpado; o segundo culpado é a Dra. Dilma Vana Rousseff. Os dois são os culpados pelo péssimo atendimento à Saúde no Brasil. Em 2008, estava sendo discutida e votada a Emenda Constitucional nº 29, e eu vi a Liderança do Governo fazer uma coisa que me disseram que eu não posso fazer aqui. A Liderança do Governo, exercida pelo Deputado Henrique Fontana, foi ao microfone e disse: “Sr. Presidente, o Governo não deseja que esta Emenda seja votada”. A Emenda não era do Governo, a Emenda era do Legislativo, mas o Presidente da República não queria que fosse votada a Emenda, e, diferente do que ocorre nesta Casa, o Líder do Governo simplesmente mandou retirar. Não era um Projeto do Governo, era um Projeto do Legislativo. Em 2009 deveria ser votada. Em 2008, não foi votada; a alegação foi de que haveria eleições municipais; em 2009, ninguém falou no assunto; em 2010, falaram, mas não aconteceu nada; em 2011, o Presidente atual da Câmara Federal, Marco Maia, disse que ia botar em votação a regulamentação da Emenda nº 29 e realmente o fez.

O que dizia a Emenda nº 29? Que o Governo Federal deveria aplicar, para atendimento da Saúde no País, 10% da sua renda líquida. A Emenda foi aprovada na Câmara Federal. Foi para o Senado, onde a Dra. Dilma Vana tem mais do que excesso de Senadores necessários para derrubar qualquer emenda. E a emenda foi aprovada de uma maneira fraudulenta para o povo brasileiro. Aprovaram o seguinte: usa-se o valor do ano anterior acrescido da avaliação do PIB – eu até perguntei: quando a avaliação for negativa, o que acontece, como aconteceu há dois anos? “Aí se mantém o mesmo valor”. Então, se há culpados, vamos começar pelo ex-Presidente e pela atual Presidenta. E agora, volto a dizer: em 2002, a Prefeitura recebeu R\$ 307 milhões para a Saúde; em 2003, com o Presidente “doutor *honoris causa*”,

recebeu apenas R\$ 354 mil – e foi o que disse ali agora o Ver. Engenheiro Comassetto. Então, não era só eu que sabia disso. Agora, eu fiz o cálculo entre 2003 e 2008, a Prefeitura deixou de receber, com correção monetária, R\$ 330 milhões para aplicação na Saúde. E a aplicação na Saúde, em Porto Alegre, não é só para os porto-alegrenses! É só ir, agora, na Av. Jerônimo de Ornelas e ver quantos ônibus e ambulâncias do Interior estão lá; ou na Av. João Pessoa com a Rua José Bonifácio; ou na Santa Casa – quantos vêm do interior do Estado e de fora do Estado, para serem atendidos aqui com os recursos da Saúde. Recursos esses que o “doutor *honoris causa*” negou e que a “doutora Dilma”... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, venho a esta tribuna, primeiro, para agradecer a presença do Presidente Mauro Zacher na festa de comemoração de 25 anos de ocupação do Conjunto Residencial, na Região Eixo da Baltazar. Ver. João Antonio Dib. Há muitos anos realizamos essa festa, e, a cada ano aumenta mais um metro de bolo – neste ano foram 25 metros de bolo! Só que, em face de a festa ter crescido tanto, lá compareceram em torno de cinco, seis mil pessoas. Este Vereador fez uma Emenda, no ano retrasado, para que neste ano fosse realizada a festa, e tudo foi cumprido corretamente. Só que essa festa era realizada na Av. Adelino Ferreira Jardim, que hoje é um desafio para a Av. Protásio Alves tanto para sair da Avenida em direção a Alvorada, quanto para vir da Alvorada e pegar a Av. Protásio Alves. Consultamos a SMAM, a EPTC, e outros Órgãos – por quê? Primeiro, com esse contingente de pessoas, no entorno e no meio dos apartamentos, começaram a acontecer coisas que não tínhamos como controlar. Uma minoria de pessoas estava abusando, utilizando-se do movimento grande para fazer suas necessidades fisiológicas no entorno dos apartamentos, embaixo das janelas das casas. Recebemos diversas reclamações dos moradores e dos

comerciantes, que nesse dia da festa, viam-se obrigados a fechar, até por segurança. Cinco ou seis pessoas entravam na loja, uma delas comprava um maço de cigarros ou outra coisa, e as outras saíam dando de mão.

Resolvemos, em comum acordo com a SMAM e com todos os Órgãos consultados, transferir essa festa para um local mais adequado, que comportasse melhor a população, e desse oportunidade ao Bairro Rubem Berta – e não só ao Conjunto Residencial Rubem Berta – de participar da festa. O que fizemos? Fomos para o Parque Chico Mendes, onde há churrasqueiras, onde há sombra maravilhosa dos eucaliptos, onde se pode preparar um churrasco, tomar um chimarrão, e deixar as crianças à vontade. Também ali há quadras de futebol, banheiros, água; as crianças podem andar de bicicleta, podem andar de *skate*, é um parque cercado e fica a 300, 400 metros do Rubem Berta. Fizemos a festa lá! Só que, infelizmente, pessoas politicamente interessadas nas eleições de outubro fizeram diversas críticas por termos mudado a festa de local. Primeiro, naquela outra Avenida há circulação de transporte coletivo, de lotação, e as mães, Vereador, andavam catando as crianças no meio dos carros, porque só era fechada um lado da avenida! Então, essas pessoas que criticam não estão olhando o conjunto da comunidade, não estão olhando todas as pessoas que poderiam se beneficiar e que teriam esse direito.

Fizemos a festa no Parque Chico Mendes, estiveram lá o Presidente desta Casa, o Ver. Sebastião, o Ver. Mario Manfro, a Ver.^a Maristela Maffei; diversas autoridades acompanharam a festa, dentro de um regime de segurança total. Tínhamos a presença da Brigada Militar, da Guarda Municipal, de todas as Secretarias prestando um bom trabalho. Não foi pensando neste Vereador, mas, sim, na comunidade, que teve esse direito respeitado.

Então, digo a essas pessoas, que estão sendo bairristas, que estão fazendo esse tipo de trabalho, que não vai adiantar, porque o local ideal para se fazer uma festa na nossa região, é o Parque Chico Mendes, sim, porque lá há todas as condições. Quando a festa era na Avenida, uma mãe para dar um copo de água para um filho, tinha que entrar num bar ou bater num apartamento; no Parque Chico Mendes tem água, tem banheiro, tem quadra de esportes, tem caixa de areia para as crianças. É muito importante que tenhamos esse

pensamento coletivo, Vereador, para que todas as pessoas possam utilizar os recursos públicos.

Fico muito triste com essas pessoas que pensam dessa maneira, porque ali no Parque também é Rubem Berta; então, teremos que criticar a festa do Sesi, a Ação Global, que é lá na outra ponta do Rubem Berta. É inadmissível que pessoas ainda pensem dessa maneira, e não pensem na segurança. Quem responderá se uma criança for atropelada? Quem responderá por isso?

A festa transcorreu tranquila, foi linda, foi maravilhosa, e lá foi distribuído um bolo de 25 metros.

Quero aqui, de público, agradecer ao Ver. Sebastião Melo, em especial, porque nos ajudou, lutou, batalhou para que pudéssemos realizar essa festa. Quero agradecer a SMAM, a EPTC, e a todas as Secretarias. Quero agradecer também o Nenê, do PTB – que com muito carinho chamo pelo apelido, porque é dessa forma que eu o conheço –, que nos ajudou aqui na Emenda, e todos aqui no Plenário que nos ajudaram. Muito obrigado. Se tivermos bom-senso, todas as festas realizadas no Eixo da Baltazar devem ser, ou no Centro Vida que oferece as condições... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu quero fazer uma homenagem ao nosso querido Vereador e colega, e autoridade em meio ambiente, Ver. Beto Moesch, e chamar atenção da Ver.^a Fernanda Melchionna, guerreira; do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Brasinha para um assunto que temos tratado muito pouco aqui desta tribuna, e sobre o qual estamos falando muito pouco dentro desta Câmara, que é o Código Florestal. Não se fala no Código Florestal, porque é um assunto do Congresso, mas o que é a Câmara de Vereadores senão uma parte do Congresso, porque é a representante dos Parlamentares do Brasil no Município. Estive lendo uma bela reportagem que saiu na Revista ISTOÉ

(Mostra revista), pedindo para a Presidente Dilma vetar – como vocês estão vendo aqui – esse Código, e começar a discuti-lo de novo, porque assim não é possível. Primeiro, foi derrubada a exigência de florestar as margens do rio com mais de 10 metros de largura, antes considerada como Área de Preservação Permanente. Sabem muito bem os senhores da necessidade da vegetação da mata ciliar e da mata ao redor dos rios, principalmente dos rios pequenos, onde poderão acontecer fenômenos erosivos por falta da vegetação, se não fora por destruir árvores por atrapalharem o mecanismo natural, que fazem a defesa dos pequenos e médios rios. Apesar de as nascentes ocuparem um raio de 50 metros – antigamente era de 50 metros para um lado e 50 para outro, dava até 100 metros de uma nascente se a gente fosse considerar em linha reta, passando pela nascente –, agora só 30 metros precisam ser recompostos. As nascentes dos rios, que estão morrendo, Ver. Beto Moesch, que as indústrias estão atacando com os seus piores venenos, matando os seus peixes, matando a sua pequena flora, microflora e microfauna; pequenas e médias propriedades rurais estão desobrigadas de fazer o rematamento – estão desobrigadas! –, e elas são aos montes. Até 2008 tinham que fazer; de 2008 para cá, ficou pendente esse assunto, e não vai ser feito. Passou a ser possível compensar a reserva legal em outro Estado, desde que seja dentro do mesmo bioma – mas noutra Estado?! Olha que controle é esse, que desmata tudo aqui na Amazônia, e vai arrumar um pouco no Acre, vai arrumar um pouco em Roraima, ou no norte do Mato Grosso?! Não é possível isso! Aqui na reportagem diz que o relator exclui a definição de Área de Preservação Permanente – APP –, os chamados apicuns e salgados e parte dos manguezais. Vocês sabem o que é isso lá no Nordeste? É atacar de morte a vida das pessoas, porque quantos homens, mulheres e crianças vivem da caça de caranguejo dentro dos manguezais? O homem que escreveu “Geografia da Fome” já mostrava a importância do manguezal no sentido da alimentação do povo. Mas há uma outra parte dos manguezais – e o Beto Moesch sabe muito bem disso – que faz um controle hídrico de pressões entre a pressão da água dentro dos córregos, dos rios, dos riachos. O manguezal não está ali por ser um extravasamento de água, não, ele está ali por ser um regulador das pressões das águas que descem. Como é que nós vamos

acabar com os manguezais, Ver. Adeli Sell, V. Exa., que é um homem de ideias brilhantes? Desta vez, eu imagino que a gente tenha que mandar todo mundo aqui da nossa Câmara para a Presidente Dilma, que é uma mulher consciente, uma mulher aprovada pela população brasileira, para que ela vete, e que se discuta – vocês vão dizer que é retrocesso – tudo isso de novo! Porque nós não podemos acabar com a Mata Atlântica – e esse Código vai querer atacar de morte principalmente o Norte do País – e a chamada Amazônia Legal.

Presidenta, se nós temos que fazer um pedido, neste primeiro semestre, para V. Exa., que seja: faça o Veto do Código Florestal. E o engraçado é que ele passou até pelo PCdoB, estava ali o Rebelo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Vou anunciar que, se depender de nós, haverá veto ao Código Florestal e vamos ter que rediscuti-lo, porque, do jeito que ficou, é inaceitável, a Nação brasileira precisa de sustentabilidade, de inclusão social e de soberania. É para isso que nós estamos lutando, Ver. João Bosco Vaz.

Nós estamos num período, como já ficou evidente pela fala do Paulinho Rubem Berta, em que tudo é motivo para disputa político-eleitoral. Eu acho que, se continuar assim – pena que ele não esteja aqui no momento, pelo menos eu não o enxergo –, nós vamos de mal a pior, porque a vida continua tal qual a qualquer ano, com ou sem eleições. E eu vou levantar aqui alguns problemas da municipalidade a que eu busco soluções, meu caro Toni Proença. Eu busco soluções. Não apenas aponto, mas converso com o Prefeito, converso com os Secretários, falo daqui, falo na mídia.

Nós temos um gravíssimo problema, recorrente na Cidade, que são os sistemáticos atrasos dos ônibus. De madrugada, do bairro ao Centro, é um grave problema, com atrasos e ônibus superlotados. Na Zona Sul, especialmente os do Lami, do Belém, da Restinga, da Juca, são ônibus

lotados, atrasados e, muitas vezes, sujos. Na Glória, o 274; no Alpes, o 251, mas assim é o T11 que, agora, felizmente louvei, apoiei, mobilizei durante muito tempo para que fosse até o Belém. Chegou até a Serraria, ótimo; mas terá que aumentar o número de carros na linha e ir até o Belém Novo. Aí, sim, o percurso será completo. Não podemos ter meia-boca.

Mas temos problemas em outros bairros. Tente, no entorno da Praça Guia Lopes, em Teresópolis, pegar um ônibus para se deslocar. Terá graves problemas de superlotação, de ônibus que passam a toda e não param.

Mas o problema de Porto Alegre não reside apenas na mobilidade urbana. Eu quero aqui insistir com o Ver. João Dib na questão da falta de médicos – ou melhor, na da falta de fiscalização dos médicos. Porque, se é verdade que a Prefeitura tem 1.400 médicos, se trabalharem 20 horas por semana ou 30 horas – vamos reduzir tudo a 20 – e atenderem 4 pessoas por hora, nós não teríamos filas em postos de saúde, nas Unidades Básicas de Saúde. Nós temos que exigir, como cidadãos, o atendimento das pessoas, porque, não tendo atendimento básico de saúde, as pessoas, meu caro Ivo Fortes, que acompanha esta plenária, que é um militante desta área social, as pessoas vão cair nas emergências, superlotando as emergências. E nós poderíamos ter um conjunto de soluções realizadas nas Unidades Básicas de Saúde. Temos que fazer uma reflexão sobre o Programa da Saúde da Família. Se não houver orientação, se não for vinculado à questão social, aumentará o índice de tuberculosos em Porto Alegre, que já é acima da média nacional. Há coisas que são inacreditáveis, mas que acontecem aqui em Porto Alegre, como o alto índice de pessoas tuberculosas.

Outro problema: estamos nos aproximando das noites frias e de dias chuvosos. Há a situação dos moradores de rua, doentes, muitas vezes embriagados, e quem está embriagado na rua é um problema de Saúde pública, Ver. Paulinho Rubem Berta; nós temos que tratá-los com a Assistência Social e com a Saúde. Atentem para isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, na Liderança do PT, eu trago um tema que está, vamos dizer assim, quente em Porto Alegre e que precisa da atenção dos nossos nobres Pares e do Governo Municipal. Trata-se, de novo, do Programa Integrado Socioambiental; amanhã, a Comissão de Direitos Humanos estará acolhendo as famílias atingidas na sua condição de moradia pelas obras do Socioambiental.

Mas eu quero chamar a atenção, Ver. Professor Dr. Goulart, sobre um anúncio positivo. Ainda perguntei ao Secretário Adriano, por *e-mail*, se foi dada a ordem de início à regularização fundiária da Vila Hípica, que, das comunidades do Cristal, é a que conseguiu dar maior nitidez à sua vontade, conseguiu garantir, num movimento que passou por três governos estaduais: a concessão da área, para o Município, ali na Hípica, para fazer a regularização fundiária. A comunidade muito lutou para ficar, porque, lá pelas tantas, descobriu... A Vila Hípica, nos últimos dez anos, lutou muito para consagrar a sua área, consagrar a conquista de creche, SASE e posto de saúde naquele lugar. Então, é uma comunidade que está comemorando, finalmente. Porque, em 2005, eles já tinham a informação de que começaria a obra de urbanização, o projeto pronto. Vejam, nós estamos em 2012, e agora começa.

Só que, pasmem, das 200 e poucas famílias, apareceram 24 excedentes – não é que apareceram, elas estão na lista das beneficiadas pela obra de regularização fundiária da Vila Hípica. Saiu no Diário Oficial, com data, nome por nome, família por família, Ver. Dib, e hoje o DEMHAB visita com as assistentes sociais, e começa a dizer: “Não, mas esse aqui não é excedente, esse aqui é coabitante”. Só que, desde o início, estavam ali nos critérios, estavam no Diário Oficial, estavam na lista, tinham que ter moradia... E esse é o apelo e essa é a crise do momento. Vejam, uma comunidade celebrando, depois de tantos anos, o início da regularização fundiária; 35 casas serão feitas, ruas serão abertas, creche, SASE e posto de saúde. Mas 24 famílias que estavam certas que, ou por bônus, ou ali na Vila Juliano Moreira, ou em alguma outra situação teriam moradia, agora a elas está sendo dito que elas não são excedentes e não serão beneficiadas. Sábado, eu visitei algumas dessas famílias, porque pode estar ocorrendo alguma injustiça, elas têm casa

boa. Nossa, uma das famílias, é de 16 metros quadrados a área em que mora, Ver. Tarciso! São dois cubículos, um pai e uma mãe com filho – um mínimo –, sem janela! Do mesmo jeito, uma outra menina, a Mônica, mãe de quatro filhos, uma única peça nos fundos da casa de sua mãe – também no cadastro; família independente, e está considerado que não tem alternativa de moradia. Então, eu acho – e isso estava colocado desde o início como, sim, de que eles teriam moradia – que agora o Governo Municipal precisa ter a sensibilidade de garantir o direito. Nós temos muito conflito na área do Socioambiental, mas, no caso da Hípica, tínhamos dirimido todos. E não é possível que 24 famílias fiquem desabrigadas! E não são famílias que exigem ficar na Hípica. Porque elas discutiram e construíram todo o Projeto da Vila Hípica *pari passu* com o Governo, todos os espaços, e elas sabiam que receberiam algum benefício de moradia de outra maneira. Agora, nenhum benefício e continuar naquela situação degradante, não é possível! Na Hípica, quero lembrar aos senhores, numa dessas moradias, eu mesma testemunhei a retirada de um sofá que estava todo pobre; cada vez que chove muito, essas famílias perdem muita coisa, porque a água, funcionando a bomba ou não, entra nas casas. Então, essa solução maravilhosa para a comunidade, que, finalmente, vai tirar as invasões de água, de esgoto, que vai abrir rua, que vai ter a creche, não pode penalizar as 24 famílias excedentes. Então, esse tema vai, amanhã, para a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, na forma de um documento, e nós não acreditamos que essa posição do DEMHAB seja definitiva. Nós queremos que a primeira comunidade, que terá finalmente concretizada a sua regularização, ali no Cristal, seja uma festa, e seja uma festa para todos da comunidade e para o Governo também. Por que não?

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadoras e Vereadores, agradeço o Ver. Tarciso pela cedência de tempo de

Liderança. Venho a esta tribuna, colegas Vereadores, ouvindo a fala do Ver. Adeli, e tantas reclamações que tenho recebido, falar sobre dois pontos específicos, e seria muito importante a atenção do Executivo, quais sejam, as Linhas T6 e T7. A Linha T6 sai lá do bairro Rubem Berta, próximo do Leopoldina, e todo mundo sabe que, ao lado do Colégio São Francisco, 3 mil e 800 pessoas, no ano de 2009, se instalaram ali, residindo próximas de onde o Ver. Paulinho Rubem Berta sempre se encontra, nos condomínios novos São Francisco I, São Francisco II e III; são 1.200 famílias, cujas habitações foram financiadas pela Caixa Econômica Federal. Então, são 1.200 apartamentos, são quase 4 mil pessoas, e a grande dificuldade para essas pessoas, além do comércio do entorno, é pegar o ônibus que vem pela Av. Protásio Alves. O ônibus precisaria se deslocar aproximadamente 500 metros, fazer o retorno um pouquinho mais adiante, ou seja, o T6 deveria seguir 500 metros adiante, pois isso faria com que aquelas pessoas, pela manhã, às 7h, às 6h30min, não precisassem se deslocar 500 metros para pegar o ônibus e, à noite, também não precisassem correr riscos naquele local. Encaminhei um pedido a Carris, na época o Ver. Pancinha era Diretor da Carris, e ele sugeriu que eu encaminhasse esse pedido à EPTC, o que eu fiz, e que levasse o assunto ao Comtu, porque tem que fazer a equalização das distâncias para se verificar os valores a serem distribuídos dentro das empresas. Vejam só: tem que aguardar a distribuição dos valores, e assim o coitado do consumidor, que precisa ter o ônibus à sua porta... Produz-se o loteamento, um novo condomínio para 4 mil pessoas, mas não tem ônibus. O ônibus não pode ir mais 500 metros para facilitar a vida do cidadão, e ficam dizendo: "Porque aquela linha vai ficar mais longa", vai dar desequilíbrio na linha do Morro Santana, a linha do Cristal"... e assim por diante. Esse requerimento foi feito há um ano e meio, e estamos aguardando a resposta até hoje. Os 12 funcionários da Churrascaria Barranco, que precisam utilizar diariamente esse ônibus, vão dizer: "O que vamos fazer? Vamos fechar a rua, porque temos que caminhar de manhã cedo, ou saímos daqui às 2 da madrugada e não temos condições de chegar em casa. Temos que caminhar e correr o risco". Gente, são 500 metros! Não é possível! É a primeira vez que venho a esta tribuna falar sobre esse assunto, porque estava tentando, administrativamente, resolver essa questão. Mas não vai se resolver,

tenho absoluta certeza que não tem solução, a não ser que tenha outra maneira.

Quero falar também do T7, cuja grande reclamação é a demora. Ele vem pela Av. Nilo Peçanha, e, uma vez por semana, eu pego a linha T7 e desembarco aqui na OAB, justamente para ver como é que está o atendimento. Embarco próximo do Anchieta e venho olhando como é o atendimento. Normalmente, o cobrador está sonolento, porque a maioria só coloca o cartão – quem vai pagar em dinheiro tem que bater nele para acordá-lo, aí ele recebe o valor –, o motorista está muito bem, mas está faltando um pouquinho de higiene dentro dos ônibus. Agora, a pior coisa é a demora e a “lata de sardinha” que é o T7. Coitados dos trabalhadores que pegam o ônibus das 7h às 8h e meia da manhã, e daqueles que precisam retornar das 17h às 20h, no final da tarde. Quem precisa pegar o T7 próximo da Passo da Pátria, na Neusa Brizola, esqueça, porque não vai conseguir entrar nesses horários. Não há condições e não há alternativa de se colocar outras linhas para fazer com que o trabalhador chegue descansado ao seu trabalho. É bom dar uma olhadinha no nosso transporte municipal!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Questão de Ordem.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Questão de Ordem): Sr. Presidente, na forma do art. 194, § 1º, do Regimento, eu apresentei um recurso a V. Exa. sobre sua decisão a respeito do Projeto da Lei Orgânica da Procuradoria, que, segundo eu sei, está na Ordem do Dia para quarta-feira. A sua decisão para mim é muito importante. Portanto, eu não sei qual o caminho a seguir agora, mas eu apenas queria alertar V. Exa., pois eu questioneei a sua decisão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. João Antonio Dib, encaminharei, respaldado pelo art. 99, para a CCJ.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, neste caso, eu não entendo. Eu recorri da decisão de Vossa Excelência, e, segundo o art. 194, cabe ao Plenário a decisão. Vossa Excelência diz que vai mandar para a Comissão de Constituição e Justiça, mas, se mandar para lá, o Projeto fica sobrestado?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vereador João Antonio Dib, vou responder a sua pergunta ao longo da Sessão.

O Ver. Mario Manfro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores, público que nos assiste, eu serei bem breve. Eu custo a acreditar, Ver. Paulinho Rubem Berta, que alguém possa criticar aquela ação da Associação do Bairro Rubem Berta, presidido por Vossa Excelência; aquela ação que eu sei que o Ver. Paulinho Rubem Berta capitaneia há tanto tempo. Uma das primeiras coisas que lhe perguntei, Vereador, quando lá cheguei, foi por que a festa estaria sendo feita no Parque Chico Mendes. E, realmente, é o lugar que tem muito mais estrutura e oferece muito mais segurança.

Eu, em outras ocasiões, tive a oportunidade, também, de participar da festa, e, como desta vez, também fiz questão de ir, e, se nós fizermos uma comparação, sem dúvida nenhuma, o local atual, em que foi feita a festa, é melhor. Claro que o local não é o centro do bairro Rubem Berta, mas é no bairro Rubem Berta também. Em comparação com os outros locais, sem dúvida nenhuma, o senhor está de parabéns, porque é um lugar que oferece total segurança, oferece toda infraestrutura. Realmente, Vereador, o senhor e a comunidade estão de parabéns, porque ano a ano a festa vem melhorando. Talvez, isso incomode algumas pessoas, mas eu só tenho motivos para elogiá-lo, porque, uma coisa é a teoria, Vereador – e nós, às vezes, nos perdemos nela –, outra coisa são as atitudes, aquilo que tu consegues ver, aquilo que tu consegues realizar, e, realmente, essa festa, esse conagraçamento, as atrações artísticas, enfim, é um prêmio para a comunidade. Então, Vereador, eu quero, mais uma vez, lhe dar os parabéns, pois a escolha foi acertada. Continue fazendo essa festa que é mais do que justa, é um momento de

confraternização de toda a comunidade, e conosco, com os Vereadores, porque tivemos diversos Vereadores presentes e todos eles com alguma ligação com a comunidade. Todos nós temos trabalho. Não existe uma comunidade de ninguém. Todos nós somos Vereadores de Porto Alegre, e o Ver. Paulinho Rubem Berta, sendo morador, sendo Presidente da Associação, nos abre a oportunidade de participarmos de um evento tão bonito. Meus parabéns, Vereador, continue fazendo isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (16h37min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 222/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Em discussão o PLCE nº 006/11. (Pausa.)

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Vereadoras, este debate nós pautamos aqui, há poucos dias, Ver. Ferronato, e o que diz o Projeto do Governo é que, em essência, ele transforma em Lei algo que já é regulamentar no Município, mas que apresenta uma dose exagerada. Veja só, Ver.^a Sofia, o que acontece: ele está dizendo, no art. 2º, que o servidor que recebeu salários a maior deve devolver tudo no próximo mês, de uma vez só. Como funciona hoje? Se o servidor recebeu salário a maior, ele devolve parceladamente, Ver. Mauro. E aí o que acontece é que, se o dinheiro cai na conta, o servidor que está com o cheque especial no negativo, está devendo, vai ter esse reembolso, vai ter esse dinheiro sacado da conta. E aí ele é convocado – porque ele já quitou uma conta possivelmente

com esse dinheiro –, ele é chamado a devolver, dentro daquele mês, e vai ter de pagar pelo erro do administrador. E foi esse o objeto da suspensão do debate na última quarta-feira: ajustar esse elemento para que essa prática continue sendo como antes, que a devolução seja feita de forma parcelada para não impactar ainda mais as finanças do servidor.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Se o servidor constatasse que recebeu a menos, ele imediatamente reclamaria. Se ele recebeu a mais e for constatado antes do pagamento seguinte, ele será descontado. Então, acho que é correta a medida do Executivo, mas, se passado do mês seguinte, aí será parcelado igual. Não tenho dúvidas. Apenas quando for constatado de imediato.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Pois é, mas ele já recebeu, nesse caso, o recurso, já entrou na conta. Eu, para mim, não resolve, Ver. Dib. E, por isso a Ver.^a Sofia fez uma Emenda, suprimindo esse artigo, para que não haja prejuízo do servidor, se o erro foi do administrador. Porque, possivelmente, o seu recurso vai ser usado para saldar uma conta devedora, um cheque negativo, ou ele, desavisadamente, vai pagar uma conta com aquele recurso, e, depois, ele vai ter o desconto integral no próximo mês.

Eu apoio a proposta da Ver.^a Sofia, de que o desconto, quando pago a maior, continue sendo devolvido aos cofres municipais de forma parcelada, para não prejudicar ainda mais o servidor, que não tem culpa. Vejam bem, o servidor não tem culpa se o administrador errou na elaboração da folha do pagamento, na elaboração dos cálculos, e ele não pode ser responsabilizado por um descuido ou uma incompetência do chefe.

E, portanto, está certo – sempre foi assim –, os recursos são públicos, ele tem que devolver, mas ele não pode ser o impactado, ele não pode ser o prejudicado no caso. E, por isso, é muito apropriada a Emenda da Ver.^a Sofia, que afasta o artigo 2º, deixando em lei a regulamentação que vigeu até hoje em decreto. E, portanto, essa medida, sim, tem o nosso apoio. Ademais, é aquilo que sempre foi, quando pago a maior, devolvendo-se parcelado e não de uma vez só. Não adianta ser dentro do próximo mês, porque vai impactar,

pois aquilo que ele recebeu a mais num mês vai ser sacado de uma vez só no outro mês, sendo que esse dinheiro possivelmente foi usado para saldar débitos, cheque especial e outras coisas. Então, Ver. João Dib, o senhor retirou da Pauta, como Líder do Governo, na Sessão passada, e eu penso, pensei e estou pensando que o senhor trará uma resposta aceitável para que nós possamos votar de modo a deixar uma situação de maior tranquilidade para o servidor.

Esta é a minha manifestação, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Apoio a Emenda da Ver.^a Sofia Cavedon, porque ela corrige o Projeto, Ver.^a Fernanda, corrige de forma a sanear, no meu entendimento, o problema que ele tem embutido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, ao PLCE nº 006/11, que altera o § 2º: "...A reposição será efetuada em até 5 (cinco) parcelas... Justificativa na tribuna."

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 006/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11, por cedência de tempo da Ver.^a Maria Celeste.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente; agradeço aqui a jarrinha com água já nos aguardando. Volto a fazer um apelo. Inclusive, Ver. Dib, sobre o tema desta alteração no Estatuto dos Funcionários Públicos, consultei a Diretoria do Simpa, e eles não foram consultados, a categoria não avaliou essa alteração. É uma pequena alteração, mas pode trazer problemas sérios para o funcionário, porque a alteração é a seguinte: detectado um depósito diferenciado, não devido, pode-se logo, integralmente, descontar na folha seguinte. E se o funcionário – muitos funcionários têm dívidas com o banco,

têm dívidas de “n” situações – utilizar? Entrou na sua conta, utilizou, foi capturado, tem 30% consignado, etc. E aí, como é que vai descontar, vai devolver integralmente no mês seguinte? Hoje está bem no Estatuto, é parcelado, tem uma regra para o parcelamento, não é lesivo ao Poder Público e protege o funcionário de um erro que não é seu! Porque nenhum funcionário faz com que depositem na sua folha de forma equivocada; não consegue fazer. Quem acaba fazendo é o setor burocrático, não sei...

Portanto, eu acho que devíamos manter o texto como está. Faço de novo um apelo ao Governo, ao Ver. João Antonio Dib para que retire da priorização, encaminhe ao Simpa e garanta que o Simpa se manifeste, que consulte o Conselho, Ver.^a Fernanda. Agradeço a Ver.^a Celeste, que tem também um trabalho junto ao Sindicato dos Municipários, que está me cedendo este tempo. A gente procura nesta Casa que a categoria, o funcionário que vai sofrer as implicações do que alteramos aqui, que ele saiba, que ele concorde, que ele se prepare. É uma coisa pequena, mas é uma mudança no seu Estatuto.

Nós sabemos que o Sindicato dos Municipários tem tido uma pauta muito positiva, propositiva com o Governo Municipal, tem investido na Comissão do Plano de Carreira. Esteve, de forma contributiva, nas discussões sobre todos os Projetos dos funcionários públicos municipais que passaram por esta Casa. Então, acho que essa parceria, esse respeito mútuo é muito importante para que o Simpa continue sendo o representante legítimo da categoria, fortalecido junto à categoria, portanto, capaz de estabelecer um diálogo produtivo com o Governo Municipal.

Nós sabemos que o Simpa abriu sua campanha salarial, teve uma primeira reunião com o Governo e, para espanto do Simpa, o Governo disse que não imaginava que tivesse data-base este ano, pois, afinal, já teve acordos nos anos anteriores.

Eu queria aproveitar que estamos debatendo o tema do funcionalismo e lembrar ao Governo Municipal que a pauta do Simpa é bastante modesta, é 15% de reajuste ou de recuperação de perdas que o Simpa coloca para toda a categoria, e que o gasto com folha de pagamento está numa margem bastante prudencial, não chega a 40%, ou beira os 40% com gastos de pessoal em

Porto Alegre. Portanto, é possível atender às reivindicações de recuperação salarial do conjunto dos funcionários.

Não podemos esquecer que, por mais que tenha havido mudanças, conquistas setoriais, como teve o DMAE, a SMA, a Guarda Municipal, temos ainda muitos colegas no Padrão 2 que têm que receber abono para chegar ao salário mínimo. Então, está na hora de um reajuste para toda a categoria.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Até quero contribuir, Vereadora. Acho que, se consultarmos o órgão de classe, me parece que é óbvia a decisão, ou a manifestação, ou a opinião: isso será ressarcido em 24 vezes sem nenhuma espécie de correção.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Valter, V.Exa. subestima a capacidade de diálogo dos municipais. Se os municipais forem convencidos de que tem problema, de que estamos lesando o Erário Municipal, certamente eles acordarão um prazo bem menor que esse. Conheço essa categoria, é uma categoria muito séria. Eu diria que os municipais, na sua história, são responsáveis por uma Prefeitura pujante como é a Prefeitura de Porto Alegre, diferente de muitas situações no País de Prefeituras com problemas seriíssimos de desvio de recursos, ou de desequilíbrio de contas. É uma categoria muito participativa, muito ativa, discute não só a sua questão salarial, mas discute as políticas públicas, o financiamento delas. Discute a Previdência, foi muito dura com esta Casa, mas hoje entende, valoriza e protege o seu PREVIMPA. Portanto, eu acho que há muito espaço de diálogo com os municipais...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu acho que a nossa... V. Exa. pergunte, por favor, no microfone de apartes. Acho que a nossa Casa deve honrar muito a história dessa categoria, que, inclusive, superou problemas seriíssimos de representação, quando o Pureza, por dez anos, estabeleceu violência e corrupção lá dentro.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado pelo espírito democrático de Vossa Excelência. O que lhe perguntei foi se, finalmente, o Sindicato reconheceu que, naquele encaminhamento que fazíamos a respeito do PREVIMPA, nós estávamos certos. Vossa Excelência diz que hoje reconhece, então, eu fico feliz em ouvir isso. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Valter, não sei a qual encaminhamento V. Exa. se refere, mas o Sindicato, as Associações aqui estiveram quando criamos o PREVIMPA, vestidos de preto e com bandeiras, e xingaram especialmente esta Vereadora e vários Vereadores da situação na época. Na liderança desse movimento estava o Sr. Rigotti, que é hoje, há oito anos, Presidente do PREVIMPA, e que faz, sim, um *mea-culpa*; em vários momentos públicos reconheceu como uma grande política que o Partido dos Trabalhadores encaminhou com a categoria dos municipais; e o próprio Simpa reconhece. É disso que falo, porque os municipais estão garantindo a sua aposentadoria integral, constituindo o Fundo e garantindo saúde financeira no Município de Porto Alegre, com um grande desconto, há que se repisar; portanto, é muito importante o reajuste salarial demandado pela categoria dos municipais, que é de 15%, e que nós aqui na Câmara sejamos prudentes com mudanças no Estatuto, como nesse caso, que pode impactar negativamente numa folha de pagamento, numa vida de um funcionário, porque ele vai utilizar, recebeu, não sabia, foi capturado por contas, e aí? Vai ser descontado imediatamente, integralmente no mês seguinte, e aí ele vai ter que pedalar muitas dívidas e pode entrar numa situação financeira grave. Então, eu recomendo prudência. Acho que nós não devemos votar esse Projeto, não devemos aprová-lo. Como está hoje, que eu saiba, não causa prejuízo nenhum ao Erário.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11, por cedência de tempo do Ver. Beto Moesch.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, nós todos somos Vereadores sérios e responsáveis; não menos do que nós são os servidores municipais: sérios e responsáveis. Se receberem a menos no seu contracheque, imediatamente eles reclamam, com direito total de fazer a reclamação, e recebem imediatamente a diferença.

O que está fazendo o Executivo agora, mandando um Projeto de Lei? Se for destacado o artigo 2º, praticamente o Projeto de Lei não tem sentido, mas, de qualquer forma, o que o Executivo está dizendo, se acontecer que o Executivo tome consciência ou conhecimento, antes do próximo pagamento? Vai ser descontado, mas o servidor que recebe a mais é sério e responsável, e, se ele receber a mais, ele sabe que não é dele. Agora, foi erro da Contabilidade? Da Prefeitura? Foi erro da PROCENPA? Foi erro de não sei quem? Mas ele recebe, ele é responsável, ele não quer o dinheiro que não é dele, assim como ele não permite que lhe tirem aquilo que é seu. Então, eu acho que o Projeto do Executivo está absolutamente correto, e até a Emenda agora proposta de cinco prestações em vez de dez prestações, em outros casos não tem sentido, mas, de qualquer forma, eu tenho a convicção de que os Vereadores todos aprovarão o Projeto, e nós não teremos problema, porque os servidores são sérios e responsáveis. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras, senhoras e senhores, este Projeto busca uma solução para um problema que é de duas partes: primeiro, do Executivo Municipal; segundo, do funcionário público municipal. Primeiro, do

Poder Público Municipal, porque poderá realizar um pagamento, entre aspas, indevido, ou a mais, no contracheque do funcionalismo. E todo o recurso pago para o funcionário é depositado diretamente na conta do funcionário público. Quando o Município constatar que errou, por força de Lei, tem que buscar a reposição desse recurso. Agora, o problema não é, em primeira ordem, do funcionário público; ele não pediu para ter um dinheiro a mais na sua conta, mas ele reconhece quando é feito esse pagamento a mais. E aí eu quero tratar aqui do seguinte cenário: todos nós sabemos que a grande maioria do funcionalismo público vive com suas contas no vermelho, no cheque especial e em outras situações. E, normalmente, quando um recurso como esse cai na conta, a própria conta já se encarrega de dar destino a esse recurso. Portanto, devolvê-lo na íntegra, no próximo mês, eu acredito que é um pouco forçado, é um pouco injusto com o funcionalismo, porque muitos que recebem um valor a mais na sua conta, estão achando que é algum benefício que está vindo. Obviamente, utilizam esse recurso, até porque o erro não foi seu, o erro foi da gestão que pagou. Então, nós propusemos, aqui, uma Emenda, que é uma Emenda intermediária, que não obriga a devolver e nem deixa em aberto, e, também, não obriga a pagar em uma única vez. Nós estamos sugerindo que ele devolva em até cinco vezes. E isso já é corrigido pelo IPC, o índice de correção já é ajustado. Então, numa devolução em até cinco vezes, eu creio que é valor que ele pode administrar bem na sua conta e, para o Município, isto corrige um erro administrativo que foi executado e não fica em prejuízo perante o Tribunal de Contas, também. É uma fórmula de devolução que pode caber na conta dos funcionários públicos que receberam esse dinheiro sem pedir a mais na sua conta. E, como eu volto a dizer aqui, normalmente, quando caem na conta esses recursos já estão destinados para pagar o Crédito Um Minuto, o saldo negativo do cheque especial, e assim sucessivamente, prestações, muitas vezes questões judiciais. Então, é uma maneira de nós fazermos uma mediação aqui, até porque, volto a dizer, o funcionalismo, quando recebe a mais por um erro do Município, ele não vai perguntar, ele está entendendo que é um benefício que está constitucionalmente e institucionalmente, Ver. DJ Cassiá, elaborado. E, nesse sentido, a Administração e a Fazenda não ficam em prejuízo. Então, a nossa sugestão aqui é fazer uma mediação: devolver em

até cinco vezes, que não é prejuízo para o Município, pode ser administrado por todo o funcionalismo público e ele assume esta responsabilidade de uma devolução legal e regimental, Ver. João Antonio Dib. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu não usei o período de Liderança, porque se eu fosse responder, em Liderança, ao que a Ver.^a Sofia falou, todo mundo ia pensar que eu tenho algo pessoal com ela – não é verdade. Eu não tenho nada pessoal. Até eu havia oferecido o meu período de Liderança ao Ver. Valter Nagelstein, que abriu mão, e agora não foi necessário o período de Liderança. Mas me chamou a atenção, no pronunciamento da Ver.^a Sofia, ela reclamar que os funcionários municipais não estão sendo ouvidos. Primeiro, eles são ouvidos na maioria das coisas na figura do Simpa, que aqui se faz presente; sempre é o Simpa, foram eleitos, mas eu vejo muito pouco funcionário municipal. Nas vezes em que aqui está o Simpa, eu não tenho votado a favor dos pronunciamentos das galerias do Simpa. Agora, chamou-me a atenção que a Ver.^a Sofia faz essa defesa, e acho muito bom da parte da Vereadora.

Ver. Goulart, o senhor era Vereador na época, e eu não lembro de o Partido da Ver.^a Sofia ter consultado os funcionários públicos quando cancelou aquele reajuste automático – lembra? Lembro que a bimestralidade foi cortada, e a Ver.^a Sofia esqueceu disso, porque eu não acredito que ela tenha passado, se feito de desentendida, ou de esquecida. Mas eu acho que a Ver.^a Sofia, para fazer justiça e continuar nesse discurso, tem que lembrar desses episódios. Fazer um *mea-culpa*, e dizer: “meus caros do Simpa, desculpem-me, mas naquela época eu não ouvi vocês; o meu governo não ouvia o Simpa, naquela época; o meu governo ouvia os funcionários, não precisava ouvir, porque nós

achávamos que nós podíamos fazer isso sem dar explicações. Mas agora, eu sou da oposição, e agora eu quero que se ouça”.

Então, eu acho que tem que ter um pouquinho de coerência quando pedimos alguma coisa ou exigimos alguma coisa. Eu não vejo, aqui, coerência alguma quando se esquece de um fato importante desses! Os servidores municipais tiveram de ser reajustados depois, quando o Governo Fogaça assumiu os destinos do Município. Primeiro, o novo Prefeito teve de tirar a Prefeitura do SPC, porque administraram tão mal o caixa da Prefeitura, Ver. João Dib, que ela foi parar no SPC, foi parar no Cadin, em tudo que era lugar – não tínhamos mais crédito. E aí se corrigiu isso – neste ano mesmo votamos algumas reposições merecidas aos servidores municipais. Se dependesse, muitas vezes, do Simpa, não se dariam os aumentos, os abonos – Deus nos livre de dar abonos! Mas, então, não vamos dizer aqui que tem de ouvir o Simpa. Se é para ouvir o Simpa, que se ouçam os servidores sempre, não só quando interessa, não só quando um Partido está no Governo e, depois, quando vai para a oposição, muda. Acho que, em nome da coerência, nós temos de lembrar esses fatos, sempre.

E, neste caso, acho que o Projeto regulariza uma situação, acho que quem recebe dinheiro a mais não deve gastar, porque se, reconhecidamente, não é seu o dinheiro, deveria colocar de lado, pelo menos numa poupança, para ver o que aconteceu. Agora, sair gastando...

Eu ouvi um argumento do Ver. Todeschini, que no momento está presidindo a Sessão, dizendo: “Pô, ele recebe, já está devendo no cheque especial, já está endividado...” Então, há justificativas e argumentos para ambos os lados. Acho que nós temos é de ter juízo com o dinheiro público, e fazer alguma coisa que não enforque o cidadão, o funcionário público, mas que também não seja como porteira aberta para usar dinheiro. Eu, quando tenho algum dinheiro na minha conta, que não sei de onde vem, primeiro, eu não uso antes de saber quem depositou. Muitas vezes, é um inimigo que deposita dinheiro na conta – não é, Ver. Goulart? Primeiro, eu quero saber de onde veio e por que veio, e, depois, gastar o dinheiro, Ver. Haroldo. Não dá para sair gastando dinheiro que entrou na conta. Não cai nada do céu, muito menos dinheiro, nessa crise terrível.

Então, vamos fazer alguma coisa que seja muito tranquila para não avançar no bolso do servidor.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Cecchim, o senhor tem razão, quando aparece um dinheiro extra na conta, mas, neste caso, é pago via contracheque. Então, o funcionalismo recebe isso no contracheque e pode, sim, haver confusão do Executivo. Nós não estamos tratando aqui de um dinheiro que vem do além, é um dinheiro que é pago no contracheque. V. Exa. também sabe que vêm aumentos regulares, gratificações, outras questões, que podem não estar sob o controle objetivo, por isso essa proposta que fizemos de devolver em até cinco vezes. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Muito bem, eu aceito o seu argumento, mas eu aqui mesmo, se vier algum pagamento extra – eu falo isso no meu nome –, porque do além não vem nada, nem salário. E o servidor sabe qual o salário que recebe, e deve gastar aquilo que é do salário, e o que vier extra, confirmar de onde veio, para depois não ter que dar um trabalhão para a folha de pagamento, que descontará em cinco, seis vezes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11, por cedência de tempo do Ver. Haroldo de Souza.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Todeschini; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, eu quero, em primeiro lugar, Ver. João Carlos Nedel, cumprimentá-lo e homenageá-lo também, porque, Vereadores, Vereadoras, comemorou-se o primeiro ano de aniversário de um Projeto de Lei que foi gestado aqui, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, e que eu, Ver. Idenir Cecchim, como Secretário da SMIC, que o sucedi, tive a possibilidade de contribuir com a Câmara e com o Ver. Nedel, porque nós criamos a Feira de Artesanato da Tristeza. Essa Feira tem mais de 50

barraquinhas com produtos artesanais, deu vida à Praça, gera renda àquelas pessoas que produzem um artesanato bonito. E, ontem, havia uma festa muito bonita lá, à tarde, naquela praça, porque estavam as famílias, a praça está bem cuidada. Obviamente, que existem sempre reclamações com relação ao asseio. E nós temos que explicar, em um trabalho constante, que, por mais que o DMLU se esforce, que a SMAM se esforce, infelizmente, no dia seguinte, sempre a Praça está suja, porque nós, Ver. Ferronato, como sociedade, ainda não temos essa consciência do cuidado, da limpeza, do não jogar lixo, do não poluir. Nós continuamos fazendo isso e me parece que é um esforço muito grande que temos que fazer. Então, eu quero cumprimentar toda a organização da Feira de Artesanato da Tristeza, especialmente o Ver. João Carlos Nedel, que foi o proponente.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que, hoje pela manhã, eu estive com o Prefeito Fortunati na inauguração do primeiro trecho da ciclovia da Av. Ipiranga, que começa ali na frente da Zero Hora e está indo até a Azenha, mas o nosso Projeto é que vá até a PUC. Eu acho que isso é uma resposta aos céticos, meu querido Ver. Valdir Fraga, porque lembro que, quando eu era Líder do Governo aqui na Câmara – lá no início deste nosso Governo –, não se acreditava que se pudesse fazer isso, e hoje me parece que é uma resposta concreta. Nós estivemos lá, e está lá a ciclovia, com as proteções laterais, com a marcação vermelha no piso, com duas vias, com duas mãos, ou seja, do lado direito, ela vai; do lado esquerdo, também. Nos dois lados da Ipiranga nós vamos ter ciclovia com duas mãos. Então, isso é uma conquista da Cidade, somando-se aos bicicletários que nós instalamos no Mercado Público, aos bicicletários que estão instalados em várias Secretarias da municipalidade que antes não existiam. Eu gostei de ver, porque há o Movimento Massa Crítica, que diziam que era partidário, ninguém sabia quem era o Massa Crítica. Pois hoje tem um pré-candidato a Vereador do PT que é líder do movimento. E aí faziam protestos. Mas o Mercado Público tem 142 anos e, ao longo de sua história, nunca tinham lembrado de colocar bicicletários ali. Nós instalamos lá os bicicletários! Todos os dias que vou ao Mercado, os bicicletários estão cheios. No Gasômetro, nós colocamos bicicletários. Como contrapartida do BarraShoppingSul, está o bicicletário da Av. Diário de Notícias. Lá na Restinga,

é verdade, há aperfeiçoamentos a serem feitos, mas já é um avanço, nós precisamos reconhecer e cumprimentar.

Então, felizmente a Cidade e o nosso Governo têm tido esse comprometimento com a política da utilização das bicicletas. E acho que precisamos avançar! Ainda na semana passada, falei com a Secretário Vanderlei Cappellari, Presidente, e concordávamos que é possível, em algumas calçadas da Cidade, compartilhar, porque ainda é muito perigoso. A ciclofaixa, na via, as pessoas não respeitam, o motorista não respeita! Ainda é muito perigoso; é temerário!

O Secretário Municipal da Mobilidade Urbana, Vanderlei Cappellari, me disse que é possível, em algumas calçadas, com algumas dimensões específicas, nós termos a possibilidades de ter ciclofaixas. Eu acho que foi o Ver. Idenir Cecchim que inclusive mostrou uma foto de uma cidade, acho que foi de Amsterdam, uma calçada com ciclofaixa. Então, nós precisamos também avançar para isso.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que ontem foi realizada a prova do IMESF, que é para nós trazermos, pela única via possível, que é via do concurso, essas pessoas que vão trabalhar na Saúde da Família. Eu fico impressionado, às vezes, quando vejo entidades sindicais defenderem uma ideia que vai contra tudo aquilo por que lutamos no nosso País ao longo da história, para escrever na nossa Constituição, como o princípio da moralidade, por exemplo; como o princípio da equidade; como o princípio da isonomia. Como é que vamos permitir que uma determinada categoria entre para o serviço público sem concurso, Ver. João Dib?

Então, ontem, a Prefeitura resgatou mais um dos seus compromissos, fez o concurso para o IMESF, para as pessoas que vão trabalhar na Saúde da Família – os enfermeiros, técnicos de saúde. Nós estamos dando continuidade a esse esforço muito grande, fizemos uma reunião aqui na COSMAM, e me impressionou que as lideranças sindicais vieram dizer que não queriam ser celetistas, queriam ser estatutários. Fui pesquisar o principal hospital do Rio Grande do Sul, que está ligado ao PT e ao PCdoB, que consome mais de R\$ 800 milhões, por ano, do Orçamento da Saúde de Porto Alegre. Todos os funcionários do Grupo Hospitalar Conceição são celetistas! Mas por que lá pode, e, para o nosso Governo, temos que fazer que seja estatutário, sem

concurso? Ou seja, todos os privilégios que os sindicatos, ao longo a história, lutaram contra! Então, é a suprema incoerência que só se pode compreender quando se tem essa política rasteira de uns que defendem, no Governo, uma coisa, e, quando são oposição, defendem outra. Ora, temos que ter a mesma prática e o mesmo discurso.

E, por falar em probidade, por falar em princípio da moralidade, por falar nesses princípios, nessas regras basilares que instruem, que instituem e que norteiam a coisa pública é que eu, até de certa forma, compreendo a boa intenção do Ver. Comassetto, mas acho que, infelizmente, não podemos tergiversar com isso. Se o dinheiro não é da pessoa, não se pode fazer nenhum tipo de barganha; ela tem que imediatamente devolver aquilo que não é seu. Seja Vereador, seja o que for; se o dinheiro não é dessa pessoa, esse dinheiro tem que retornar ao Erário da mesma forma que entrou, porque senão me parece que inclusive constitui improbidade administrativa – eu disse isso ao Vereador – se tergiversarmos com essa questões. Dinheiro que não é meu, não posso pegá-lo, ninguém pode pegá-lo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, até confesso que nem falaria agora, em razão da minha gripe, mas eu vou me dirigir à Sra. Dilma Rousseff, nossa Presidente da República, e ao Sr. Tarso Genro, nosso Governador do Estado, sobre a “badalagem”, a exposição maravilhosa da redução de juros.

A taxa de juros, Ver. Cecchim, foi reduzida, mas não para os menores, nem para as pequenas, médias e microempresas. Com a minha eterna conta furada no Bannrisul, eu fui, minha Presidente Dilma, ao Bannrisul, na sexta-feira, Ver. João Dib, e disse: “Vamos reduzir minha taxa de juros”. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a nossa conta furada especial: 7,89% ao mês! E eu estou tratando do Projeto que tramita aqui, porque ouvi o Ver. Cecchim. O meu extraordinário e especial amigo gerente, Ver. Nagelstein, sobre essa taxa de

7,89% ao mês, tão badalada pelas autoridades nacionais e estaduais do meu Partido, apoiada por nós, meu estimado Ver. Goulart, sabe a resposta que me deu o meu gerente? “Só reduz taxa de juro aos aplicadores do banco”.

Qual é o doido deste País que aplica, Ver. Cecchim, a 0,89%, 0,7%, 0,6% ao mês para reduzir a sua taxa de utilização do cheque furado especial? Mas o cara tem que ser ruim, mas muito ruim de finanças para aplicar por 0,6% e furar o cheque especial por 7,89% ao mês para aí ter redução!

Ora, ora, ora, minhas autoridades, chega de embrulhar o nosso povo! Chega de embrulhar o nosso povo! Dizer que estão reduzindo taxa de juro?! Para quem? Para os maiores, para quem não precisa de dinheiro! Porque eu sou especialista em finanças e a melhor coisa do mundo é ganhar dinheiro com o dinheiro dos outros! Não tem coisa melhor – eu sou doutor no assunto, e nem deveria dizer – do que ganhar dinheiro com o dinheiro dos outros! É claro, os milionários vão lá, pegam o recurso a juros baixos e emprestam caro, depois... Ora, ora, ora! Então, está certo o Ver. Cecchim. Estou apresentando uma Subemenda, vamos parcelar aos servidores em três vezes! Pronto. Uma proposta é devolver à vista, a outra proposta é parcelar em cinco vezes, então fizemos em três e ficamos por aí. Por quê? Porque, senão, vamos cair na mesma história dos bancos.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Mas, se fugir, vão atrás. Quantos milionários retiraram dinheiro do Banrisul e fugiram, Vereador? Eu conheço bastante. E não foram atrás.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Eu sei quem.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, só para ajudar, inclusive as pessoas que estão em casa, eu queria dizer que, no Município de Porto Alegre, nós temos um Programa Municipal de

Microcrédito que concede de 300 a 15 mil reais, a 0,6% ao mês de juro, que pode...

O SR. AIRTO FERRONATO: Que garantia exige?

O Sr. Valter Nagelstein: Não precisa nem garantia e pode, inclusive, servir para capital de giro, para quitar dívidas com juros mais altos e fazer esse trabalho de renegociação. Muito obrigado.

O SR. AIRTO FERRONATO: Então, eu repito – a mensagem é para a Presidente Dilma e para o meu estimado Governador Tarso Genro: não é verdade que estão reduzindo os juros! Não é verdade! Eles estão dando dinheiro para os aplicadores com taxas menores. Os senhores acreditam que um aplicador que ganha 1%, 2%, 3%, 5%, 10% ao mês, vai furar a conta bancária por nada, simplesmente porque eu vou querer usar o meu cheque especial e deixar aplicado a 0,6% ao mês? Não é verdade que neste País se reduziu juro a quem precisa! Não é verdade!

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Ferronato, é verdade, este País tem uma cultura de os bancos ganharem muito, mas eu queria dizer que, inclusive hoje pela manhã, ouvi a Presidente Dilma, ela está com esta disposição muito clara. Eu creio que nós precisamos apoiar esse movimento para que se efetive essa...

O SR. AIRTO FERRONATO: Eu não estou criticando a Presidente Dilma e nem o Governador Tarso. Eu estou alertando-os de que é preciso analisar essa política!

O Sr. Engenheiro Comassetto: Correto. Até porque uma Presidente não consegue mudar isso sozinha. Ela precisa do apoio da sociedade. Baixar os juros já!

O SR. AIRTO FERRONATO: Obrigado, mas é por aí.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não há mais Vereadores para discutir a matéria.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 006/11. (Lê.): “Altera a redação do § 2º do art. 107 da LC nº 133/85, proposta pela Emenda nº 01 ao PLCE nº 006/11, conforme segue: ‘Art. 107:... § 2º – A reposição será efetuada em até 3 (três) parcelas quando a constatação do pagamento a maior acontecer no mês imediatamente seguinte ao do processamento da respectiva folha.’”

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que solicita dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCL nº 006/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Informamos que há um Requerimento da Ver.^a Sofia Cavedon, que solicita votação em destaque do § 2º do art. 107 da LC nº 133 acrescentado pelo art. 1º do PLCE nº 006/11. (Pausa.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Eu quero dizer, Ver. Valter, que, quando propus fazer um parcelamento de até cinco meses, isso não deixa de reconhecer o compromisso com o recurso público. Nós não estamos aqui, de maneira alguma, propondo que o recurso público não volte aos cofres. Isso é simplesmente uma forma diferenciada da proposta do Governo. Eu só queria registrar isso. Por isso apresentamos a Emenda e viemos aqui defendê-la, para que isso possa se tornar realidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação...

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em primeiro lugar, nós temos que apreciar o destaque do § 2º do art. 107 da Lei Complementar nº 133, que diz o seguinte (Lê.): “A reposição será feita em montante único quando a constatação do pagamento a maior acontecer no mês imediatamente seguinte ao do processamento da respectiva folha”. Orientação de votação: “sim” aprova o dispositivo e “não” o rejeita.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Só um esclarecimento: este dispositivo está dizendo que é em uma única vez, e as Emendas que nós apresentamos e que possibilitam o parcelamento?! Eu não entendi, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): É que pelo art. 179 do nosso Regimento os destaques são votados antes das emendas.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Então, eu gostaria que o senhor explicasse como ficam as Emendas que tratam do parcelamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Depois de apreciado o destaque.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Se o destaque for mantido, passamos à votação das Emendas; se for rejeitado, as Emendas ficam prejudicadas.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do § 2º do art. 107 da LC nº 133 acrescentado pelo art. 1º do PLCE nº 006/11, destacado. (Pausa.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Todeschini. Esclareço a V. Exas. que destaquei o § 2º para suprimi-lo. Por quê? Porque é o dispositivo, de todos que estão colocados, que prevê o desconto em uma vez só. Então, a proposição do destaque é retirar o § 2º e aprovarmos o Projeto. O Projeto dá uma redação mais clara, e o único dispositivo que pode prejudicar o funcionário é o § 2º. Então, o destaque retira o § 2º. Caso este Plenário resolva mantê-lo, aí vamos discutir um parcelamento, mas, retirando isso, fica o texto atual, que prevê que até um décimo do salário vai ser descontado do funcionário, quando ele receber a maior, que é o que vige até hoje. Eu não acredito que o Erário tenha sido prejudicado por isso. Os funcionários conseguem se organizar, conseguem prever o desconto, se esse recurso for utilizado.

Então, a proposição desse destaque é manter o atual texto do Estatuto dos Funcionários Públicos.

E, apenas para não deixar passar, Ver. Cecchim, que gosta muito de vir apontar as contradições desta Vereadora, quero dizer que debatemos muito com os funcionários o fim da bimestralidade. Não foi uma surpresa, não! Não foi um Projeto de Lei que veio para esta Casa! Não! Muitos debates... Obviamente que os municipais não queriam abrir mão da bimestralidade, e com razão, mas disparou a inflação e não foi mais possível mantê-la, depois de dez anos de pagamento.

Então, não houve falta de debate; houve uma decisão final do Governo após muitas tentativas de diálogo, aliás, inclusive de outros exercícios, outras formas de pagar, não aceitas pelo funcionalismo público.

Então, encaminho juntamente com V. Exa., Ver. Airoto, que nesse destaque suprimamos o parágrafo 2º, permanecendo a atual regra da Lei Complementar nº 133. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação nominal o § 2º do art. 107 da LC nº 133 acrescentado pelo art. 1º do PLCE nº 006/11, destacado pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Está rejeitado o dispositivo e, com isso, as Emendas estão prejudicadas.

O SR. AIRTO FERRONATO: Não consegui votar. Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Fica registrada a intenção, mas o voto foi intempestivo.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 006/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 17 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

(17h41min.) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, eu necessito, não só eu, mas muitos colegas Vereadores, de um esclarecimento, porque esta votação para mim é *sui generis*. Nós fizemos uma emenda ao projeto. Houve um destaque a um artigo, e esse destaque foi rejeitado. Portanto, o projeto continua com a sua originalidade, e a minha Emenda era um artigo do projeto.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Mas veja só, pode até ter sido estrategicamente, mas a minha Emenda é um artigo que continuou no Projeto. Eu confesso que não consegui entender o Regimento nessa sua rota, que é uma rota equivocada.

O SR. MÁRCIO BINS ELY (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Só um momento. Tem que fazer um Requerimento por escrito.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Vou fazer, mas quero consignar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Está registrado. Ver. Comassetto, para esclarecer, o que estava destacado era o § 2º, que tratava do número de parcelas do desconto.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A sua Emenda alterava esse dispositivo. Só que, o dispositivo original sendo rejeitado, decaem todas as emendas, foi o que aconteceu. Portanto, o que foi apreciado naquele momento foi o parágrafo destacado.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Mas não continuaram no Projeto prazos para devolução? Uma única vez; continuou!

(Apartes antirregimentais.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Bem, eu posso até concordar com a...

(Apartes antirregimentais.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): É que com o decaimento do projeto original, pelo Regimento...

(Apartes antirregimentais.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não estamos tratando do mérito, estamos tratando da questão do encaminhamento regimental, e é isso o que foi feito.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores, eu quero discutir os dois Projetos e peço ao Alexandre que, se puder, me subsidie com os dois Projetos, além desses dois títulos que estão na Pauta do dia de hoje, pois gostaria de discutir.

Aproveitando que são Projetos de títulos de Cidadão Honorário, eu queria fazer uma consideração a um Projeto de nossa autoria que está tramitando na Casa, já foi apregoado aqui, que homenageia o maratonista porto-alegrense radicado no bairro Glória chamado Ruy Barbosa. Quero comunicar aqui desta tribuna que vamos, Ver. Toni Proença, em nome do entendimento, retirar esse Projeto de Pauta. É o Projeto aquele que visa à troca de nome de uma praça no bairro Glória. Então, em nome desse entendimento, estamos retirando o Projeto para, efetivamente, manter o nome da praça, homenagem justa e legítima que foi realizada por um outro Vereador numa outra Legislatura. E vamos dar o nome Ruy Barbosa ao instrumento público daquela praça, que é o campo de futebol, numa homenagem que não foi procurada por este Vereador, mas que foi trazida pela Associação de Moradores do Bairro Glória, já que Ruy Barbosa morou ali perto do Jardim Marabá. Sem dúvida nenhuma, ele foi um dos grandes desportistas de Porto Alegre e, efetivamente, não teve da Cidade todo o reconhecimento que deveria ter tido. Ele treinou no Internacional, no Grêmio, no Grêmio Náutico União, na Sogipa, em vários clubes da Cidade e, reconhecidamente, levou o nome da Cidade e do bairro Glória a todo o País. É uma justa homenagem e, no nosso entendimento, é o momento de ser feita e deve ser feita naquela região. Quero dizer aqui, Presidente, que, em nome desse entendimento e após a aquiescência dessas lideranças comunitárias, após o entendimento com essas lideranças comunitárias do Bairro, vamos retirar o Projeto e iniciar um outro processo administrativo no sentido de homenagear o Ruy Barbosa com outro título.

Quero dizer da minha satisfação e agradecer o espaço que foi oportunizado aqui pelo Ver. Dib e pelo Ver. José Freitas, que dão justos títulos. O Ver. José Freitas, ao Sr. Francisco Pereira Rodrigues, que não é meu parente apesar de ser Pereira, mas é uma justa homenagem. O Ver. Sebastião Melo dá o título à Sra. Eliana de Fátima Azeredo. Muito obrigado. Um abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando renovação de votação do PLCE nº 006/11.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Todeschini, na presidência dos trabalhos, apenas faço o registro de que são dois títulos de Cidadão, mas quero agradecer ao conjunto dos Vereadores por ter aprovado o título da futura Cidadã Olga Garcia Falceto, psiquiatra, Diretora do Departamento de Psiquiatria da UFRGS, descendente de espanhóis fugidos da Guerra Civil espanhola, com uma história muito bonita de ação social em Porto Alegre. Esses títulos têm uma importância grande para destacar esses cidadãos e cidadãs e fortalecem, na verdade, a atuação deles na cidade de Porto Alegre. Esse é o registro, e agradeço a todos os colegas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h48min.)

